



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO FERREIRA
ÁREA: ASSESSORIA DE IMPRENSA

Doze dias de crise de imagem

**Um estudo sobre o gerenciamento de comunicação do governador
interino do Distrito Federal, Paulo Octávio**

Vanessa Santana Ribeiro Beserra

RA:20605212

Professor orientador

Luiz Cláudio Ferreira

Brasília/DF, junho de 2010

Vanessa Santana Ribeiro Beserra

Doze dias de crise de imagem

**Um estudo sobre o gerenciamento de comunicação do governador
interino do Distrito Federal, Paulo Octávio**

Trabalho apresentado como requisito para
a conclusão do curso de Bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
jornalismo no Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Prof. orientador - Luiz Cláudio Ferreira.

Brasília / DF, junho de 2010

Vanessa Santana Ribeiro Beserra

Doze dias de crise de imagem

**Um estudo sobre o gerenciamento de comunicação do governador
interino do Distrito Federal, Paulo Octávio**

Trabalho apresentado como requisito para
a conclusão do curso de Bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
jornalismo no Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Prof. orientador - Luiz Cláudio Ferreira.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio
Orientador

Prof. Andrea Zinato
Examinadora

Prof. Mauro Castro
Examinador

Brasília / DF, junho de 2010

Dedico essa monografia aos meus pais responsáveis por eu estar aqui hoje. Que esse trabalho seja uma certeza que o esforço deles deu certo e que esse será apenas o começo de um caminho que será trilhado graças aos seus ensinamentos. Dedico também a minha segunda mãe minha madrinha Lana Kátia por ser parte importante na minha formação principalmente durante a produção deste trabalho.

“Pois Deus quis honrar os pais pelos filhos” (Eclo, 3,3).

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus por me capacitar e fazer possível todos os instrumentos necessários para escrever essa monografia. Por me dar forças e ser o meu maior guia. Que quando uma pessoa olhar esse trabalho ou qualquer outro feito por mim reconheça o verdadeiro responsável por trás de qualquer ato e pensamento meu: Deus.

Agradeço minha mãe porque mesmo com todas as dificuldades não deixou que meu ensino fosse prejudicado. Por ser, depois de Maria, o maior exemplo de mulher na minha vida. e por ser sempre a pessoa que mais torce pelo meu sucesso profissional, mesmo que isso venha com brigas. Espero que ao ler esse trabalho ela veja o primeiro passo de um caminho profissional de sucesso.

Ao meu pai por ser meu espelho intelectual. Por estar sempre tão preocupado com esse trabalho, por sua dedicação com a minha vida e por mesmo quando estava longe nunca ter deixado eu e minha mãe necessitando de qualquer coisa.

Pela minha madrinha por ser tão dedicada a mim e principalmente a minha mãe. Por ter nos acolhido em um momento tão difícil e por fazer isso de todo o coração.

Ao meu orientador que me ajudou muito, saiba que você é um espelho profissional para mim também.

A minha prima Lívia que é muito mais que uma amiga. Sua forma de dedicação ao próximo é uma virtude que desejo alcançar. E a sua mãe, minha tia Cleonice que sempre torceu e acreditou no meu sucesso.

A toda minha família, tios e primos, pelo carinho e ajuda sempre que necessário.

Às minhas amigas Gisele, Maiara, Gláucia, Thialy e Jéssica tão importantes no momento de descontração e de divagações sobre o que realmente vale a pena. Amo vocês.

Aos meus amigos dos movimentos EJE e Segue-me por ser parte tão importante na minha vida e nos meus finais de semana. Com vocês aprendi a crescer espiritualmente e conseqüentemente humanamente. Admiro cada um pela dedicação com as coisas de Deus.

Agradeço aos meus chefes Andrea Zinato, Bruno Barra, Camila Gomes e Ivan Hauer por me ensinarem tanto a cada dia.

A todos os amigos de ACC e Flap que fizeram meus dias mais agradáveis e com quem eu pude dividir tantos anseios, dúvidas, aprendizados e risadas.

“Aceita tudo o que te acontecer. Na dor, permanece firme; na humilhação tem paciência.

Pois é pelo fogo que se experimentam o ouro e a prata” (Eclo, 2, 4-5).

Resumo

Essa pesquisa avalia o gerenciamento de crise dentro do meio político a partir de um estudo de caso. São analisado os 12 dias em que Paulo Octávio foi governador do Distrito Federal, como trabalhou informações junto à imprensa até o processo de renúncia. O dia a dia do governo de Paulo Octávio é baseado nas reportagens do jornal Folha de São Paulo durante esse período. A partir daí são contrastadas suas ações à luz de bibliografia especializada. A pesquisa se propõe a mostrar erros e acertos cometidos durante momentos difíceis para pessoas públicas e organizações.

Palavras chave: Gerenciamento de crise; Paulo Octávio; Distrito Federal; Caixa de Pandora.

Sumário

1. Introdução	8
1.1 Metodologia	11
1.1.1 Procedimento Metodológico	12
1.1.1.1 Pesquisa documental	12
2. Fundamentação Teórica	14
2.1 Assessoria de Imprensa.....	14
2.2 A crise de imagem	16
2.3 Gerenciamento de crise	18
2.4 Manual de crise	19
2.5 Erros e acertos no gerenciamento de crise	21
3. Uma tragédia anunciada, o passo a passo de uma crise	24
4. Lições de uma crise.....	37
5. Conclusão	42
6. Referências bibliográficas	44
7. Anexos – matérias da Folha de S. Paulo	48

1.Introdução

Era final de tarde do dia 23 de fevereiro de 2010 em Brasília. Na Câmara Legislativa, era lida a carta que colocava fim ao mandato de 12 dias de Paulo Octávio como governador interino do Distrito Federal, desde a prisão de José Roberto Arruda, titular do cargo. Os dias de Paulo Octávio como chefe do executivo local foram de completa agonia. A renúncia veio com a intenção de acalmar a tempestade e dissipar a crise.

Governar estava cada dia mais difícil. Assim como Arruda, Paulo Octávio também estava manchado pelo escândalo que ficou conhecido como o “Mensalão de Brasília”. Seu partido, o Democratas, já havia o abandonado. A opinião pública fazia cada dia mais pressão e a carta de renúncia já estava pronta havia uma semana. Crise, crise e crise, assim podem ser resumidos os 12 dias do governo interino. A comunicação da autoridade nesses dias é o mote deste trabalho.

O dicionário Michaelis (2009, Michaelis Online) define crise como “Momento crítico ou decisivo. Situação aflitiva”, e define ainda crise política como “Situação de um governo que se defronta com sérias dificuldades para se manter no poder”. É nesse momento que a crise se diferencia de problema. O mesmo dicionário define problema como “Qualquer assunto ou questão que envolve dúvida, incerteza ou dificuldade”. Um problema dependendo de seu desdobramento pode ser facilmente solucionado, pode ser apenas um desvio no caminho. Enquanto a crise é uma realidade de caos e dificuldade que atinge principalmente grandes corporações e pessoas públicas.

Em um mundo tão conectado a novas tecnologias como vivemos, a crise comum sofrida pelas empresas e pessoas cresceu e se transformou na crise de imagem. O que é feito aqui no Brasil pode chegar no Japão, por exemplo, em segundos. A proporção que as notícias boas ou ruins tomam são inimagináveis em relação a poucos anos atrás. A crise de imagem afeta em

cheio a credibilidade que o público ou o consumidor possui no sujeito vítima de acusações ou escândalos. Afetar a credibilidade hoje em dia é muito mais nocivo do que afetar um produto ou patrimônio financeiro, porque a falta de credibilidade coloca, além de muitas outras coisas, isso em risco. O jornalista e autor Mário Rosa define (2003) a crise de confiança como um reflexo da crise de imagem:

Crise de imagem é potencialmente mais devastadora do que as “crises comuns” (se é que pode chamar qualquer crise de comum) porque pode destruir o maior patrimônio de uma empresa, personalidade ou profissional – a reputação, a confiança. (...) O que todos nós vendemos todos os dias – pessoas físicas e jurídicas, independentemente da atividade – é a capacidade de fazer os outros acreditarem em nós. Sendo assim, quando essa “capacidade de acreditar” de alguma forma é afetada o que passa a estar automaticamente em discussão é a nossa capacidade de sobreviver profissionalmente. Nesse sentido, creio que crises que envolvem uma imagem pública, quando essa fica exposta em grande proporção, são na verdade crises de confiança. (ROSA, 2003, p. 74)

Para que as empresas ou pessoas sofram menos possível com crises inevitáveis surgiu o gerenciamento de crise. Uma maneira de planejar crises das quais o alvo de que se fala é vulnerável, para que quando ela ocorra o impacto seja menos devastador e traumático, principalmente para a credibilidade ante ao telespectador que vai assistir a todos os episódios da crise montados na mídia. Um gerenciamento de crise deve pensar num plano de ações para quando for preciso agir, deve pensar entre outras coisas em pessoas capazes de servir de porta-voz nessa situação, deve possuir uma lista de jornalistas e meios de comunicação que se quer atingir em momentos críticos. Mário Rosa (2003) afirma que a palavra-chave do gerenciamento de crises é a prevenção, partindo do princípio que adotar uma atitude preventiva significa mapear as dificuldades que poderão surgir e definir soluções quando a cabeça não está quente nem a pressão insuportável. “Resumindo: hora de crise é hora de reagir – e não planejar. Planejamento se faz em tempo de normalidade” (ROSA, 2003, p. 70).

Essa pesquisa pretende analisar o gerenciamento de crise através do estudo de um caso que traz exemplo recente da política local e de como reagiu o personagem. Os 12 dias de Paulo Octávio como governador do Distrito Federal, como se viu oferece várias crises nas quais se podem analisar as estratégias escolhidas pelo governador e os efeitos dessas escolhas na mídia. Foram selecionadas as reportagens da Folha de São Paulo para análise do dia-a-dia desse caso conturbado.

Esse tema foi escolhido para a pesquisa por ser um assunto relativamente novo. Na Europa e nos Estados Unidos, a bibliografia para gerenciamento de crise é grande, mas no Brasil poucos autores ainda se dedicam a essa questão. Além disso, entende-se que a importância de aprofundar seu estudo está no fato de ser um tema desafiador, que merece bastante planejamento e cuidado. Trabalhar em uma crise é pensar que nunca se trabalhará em um campo tranquilo. Planejamento de contingência de crise bem feito pode mesmo em um cenário desfavorável levantar pessoas, da mesma forma que um planejamento mal conduzido tem o poder de derrubar uma imagem a ponto de não conseguir mais reerguê-la.

As pessoas ou grupos designados para gerenciar a comunicação em meio a uma crise tem o desafio de blindar o máximo possível seus clientes. Para isso devem ser montadas e estudadas todas as possibilidades de crise, o que demanda tempo e cuidado. É importante perceber que gerenciar crises tem potencial de ser um nicho de mercado para estudantes de comunicação social, o que aumenta a importância de estudos nessa área na academia.

Por último, um escândalo tão grande no executivo local como o que aconteceu em 2010 é uma oportunidade de extensos estudos que possibilitem o entendimento do processo eleitoral passado e futuro na cidade. A forma como os políticos agem e as escolhas que fazem são relevantes para a sociedade. Isso explica o interesse em um assunto novo com grandes possibilidades de escolhas analisado em um meio tão curioso e importante na formação social.

Este trabalho tem o objetivo de discutir estratégias de gerenciamento de crise, ou a falta delas, baseada nas escolhas do governador Paulo Octávio nos dias em que este foi o chefe do executivo no Distrito Federal, tentar entender como as escolhas usadas pelo governador podem ter afetado sua imagem na mídia. Além disso, esse trabalho vai trazer a opinião de profissionais com experiência em grandes crises sobre esse caso e como outros acontecimentos semelhantes que seguiram caminhos diferentes terminaram no país. Por último essa pesquisa deseja interpretar como o gerenciamento de crise influencia o cenário político no Brasil.

1.1 Metodologia

Para a análise das estratégias de gerenciamento de crise usadas pelo governador Paulo Octávio e sua equipe durante os 12 dias que foi governador do Distrito Federal, na ocasião da prisão do governador José Roberto Arruda, será utilizado o estudo de caso como método de pesquisa.

O estudo de caso procura responder perguntas do tipo “como” e “por que”. Marcia Yukiko M. Duarte, (2005, p.216) define o estudo de caso à luz de três autores. Yin (apud DUARTE, 2005) classifica que “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Para Goode e Hatt (apud DUARTE, 2005) o estudo de caso “é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”. E, por último, Bruyne, Herman e Schoutheete (apud DUARTE, 2005) acreditam que “o estudo de caso, reúne tanto quanto possível, informações, numerosas e detalhadas para aprender a totalidade de uma situação”.

Dessa forma, o objeto de estudo dessa pesquisa se enquadra nas exigências do método estudo de caso, a partir do momento que deseja analisar uma situação particular para entender o todo, e sendo esse objeto de data recente além de poder apresentar uma variedade de informações entre registros documentais (vídeos gravados por Durval Barbosa), reportagens e

registros de mídia. A pesquisa pretende usar o estudo de caso para exemplificar uma situação de crise e apontar soluções para questões gerais.

O estudo de caso foi escolhido como método dessa pesquisa para que por meio de um caso particular seja analisada as variadas oportunidades de estratégias e resultados obtidos a partir delas em situações de crise semelhante. Yin (YIN apud DUARTE, 2005, p.219) apresenta que esse tipo de pesquisa trata de “ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências”.

Em síntese, “diante de um problema em que nossos conhecimentos são escassos e rudimentares, podemos fazer uma análise incompleta do todo (estudos agregados) ou conhecer bem uma pequena parte que não sabemos até que ponto é representativa desse todo (estudo de caso)”. (CASTRO apud DUARTE, 2005, p.219)

Duarte (2005, p. 221) apresenta uma série de finalidades para qual o método estudo de caso pode ser utilizado. Entre eles é destacado para uso do caso específico do tema dessa pesquisa “explorar situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados”. Além de “ser uma metaavaliação, ou seja, o estudo de caso pode ser empregado para fazer o estudo de um Estudo de Avaliação”. Como a pesquisa pretende fazer a avaliação de uma situação, que não traz resultado específico se encaixa bem nessas finalidades citadas.

1.1.1 Procedimentos Metodológicos

O estudo de caso segundo Duarte,(2005, p. 229) utiliza seis fontes distintas de dados, tais como: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Para um bom desenvolvimento desse estudo serão usadas a pesquisa documental e entrevistas como procedimentos para conclusão dessa pesquisa.

1.1.1.1 Pesquisa documental

O estudo pretende usar como base as reportagens divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo durante todos os dias de governo de Paulo Octávio

para nortear as atitudes tomadas pelo governador. Esse veículo foi escolhido por ser um jornal nacional, sendo assim, mantém um distanciamento maior que jornais locais, o que se julga ser importante para uma análise objetiva. Além disso, como a mídia é o maior pulverizador de informações responsáveis por construir um destruir uma imagem, analisar os fatos baseado em um veículo de mídia ajuda a apresentar como a imagem foi construída para o público.

Após o detalhamento do dia-a-dia de Paulo Octávio baseado nas matérias publicadas pela Folha de S. Paulo será feita uma análise descritiva dos principais tópicos do gerenciamento de crise com base no que foi feito no caso estudado.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Assessoria de imprensa

“Assessoria de Imprensa é o setor de uma companhia que trabalha com a comunicação empresarial, ou comunicação corporativa, ou ainda comunicação organizacional [...]” (CHINEM, 2003, p. 7). Essa é uma definição simples e global de assessoria de imprensa. Dentro dessa comunicação institucional podem ser inclusas diferentes estratégias para atingir a mídia e o público da melhor forma possível. A diversidade dessas ações, e suas particularidades serão estudadas ao longo dessa pesquisa.

O americano Ivy Lee foi o pai do que hoje conhecemos por assessoria de imprensa ou assessoria de comunicação, em 1906. Ivy Lee é considerado o fundador das relações públicas. “Para os autores, Ivy Lee “converteu-se” às relações públicas para prestar serviços a Rockefeller, à época o mais impopular homem de negócios dos Estados Unidos” (CHAPARRO, 2002, p. 34). John Rockefeller era um grande empresário norte americano, acusado de combater o crescimento de pequenas e médias empresas ignorando os meios como alcançava seu objetivo, por esse motivo sua imagem era a pior possível na mídia nos Estados Unidos. Ivy Lee percebeu a boa oportunidade de abrir um negócio que prestasse assessoria e ajudasse na correção da imagem que a opinião pública tinha dos empresários. Essa assessoria vinha em forma da divulgação de notícias de interesse público e com informações corretas, para controlar as denúncias.

“A migração de jornalistas para áreas diversificadas ocorreu pela ação competente em assessorias no campo de trabalho surgido particularmente na década de 80, quando o uso da informação e o estabelecimento de relacionamento adequado (não apenas com a imprensa) passaram a ser estratégicos para as organizações brasileiras” (DUARTE, 2002, P. 81). Apesar desse crescimento das assessorias de comunicação na década de 80 no Brasil, o primeiro sinal concreto de preocupação desse tipo no país aconteceu

em 1909, quando o presidente Nilo Peçanha criou uma seção no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que integrava serviços de publicações, informação e propaganda. Segundo Jorge Duarte (2002, p. 82), o setor tinha como uma de suas funções reunir e distribuir informações por meio de notas ou notícias fornecidas à imprensa ou pelo boletim do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

O poder de transformar reputações e informar melhor a imprensa, entre tantas outras funções fizeram a assessoria de imprensa se popularizar. Rivaldo Chinem exemplifica (2003, p.12) que enquanto as redações das revistas estavam cada vez mais enxutas, cada empresa, organização, sindicato, instituições em geral criavam uma vaga para assessor de imprensa em seus quadros. Para a empresa ou pessoa pública ter a oportunidade de aparecer na mídia sendo sua principal fonte, e ter controle, por menor que seja sobre o que é falado ao seu respeito se tornou uma forma valiosa de estar em evidência na opinião pública.

O jornalismo tornou-se, pois, espaço público de socialização dos discursos particulares, para os confrontos da atualidade, em todos os campos da atividade humana organizado sob a lógica da competição – e isso se traduz, com particular intensidade, nos conflitos da política, dos negócios, das idéias, da cultura, dos esportes e das crenças, que recheiam o noticiário de cada dia. E porque noticiar se tornou a mais eficaz forma de agir no mundo e com ele interagir, as relações com a imprensa passaram a constituir preocupação prioritária na estratégia das instituições, tanto as empresarias quanto as governamentais, para as interações com a sociedade – à qual se ligam, hoje, mais por teias comunicativas do que por atividades ou ações de materialidade objetiva (CHAPARRO, 2002, p. 33).

Os serviços de comunicação organizacional se iniciaram da necessidade de valorizar e proteger uma imagem perante o público, esse é um valor abstrato que encontra dificuldade na hora de mensurar seus resultados. Frente a essa característica é cada vez mais importante o planejamento estratégico da comunicação que deve caminhar de mãos dadas com os setores responsáveis pela tomada de decisão da empresa.

Comunicação empresarial é uma atividade sistêmica, de caráter estratégico, ligada aos mais altos escalões da empresa que tem por objetivo: criar (onde ainda não existir ou for neutra), manter (onde já

existir), ou ainda, mudar para favorável (onde for negativa) a imagem da empresa junto a seus públicos prioritários (CAHEN apud BRANDÃO e CARVALHO, 2002, p. 192).

Na comunicação empresarial surgiu um conceito importante defendido por vários pesquisadores, a comunicação integrada, resultado da ação conjunta das subáreas da comunicação para obter um resultado mais efetivo ao se tratar da imagem empresarial.

Ela [comunicação integrada] pressupõe uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica e da comunicação interna, que formam o composto da comunicação organizacional. Este deve formar um conjunto harmonioso, apesar das diferenças e das especificidades de cada setor e dos respectivos subsetores. A soma de todas as atividades redundará na eficácia da comunicação das organizações (KUNSCH apud CURVELLO 2002, P. 122).

Curvello (2002 p. 122) afirma que apesar desse conceito as relações entre as especialidades (Jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda e marketing) são complexas, devido a diferença de enfoque de cada área. A integração muitas vezes está presente como discurso e orienta a estrutura formal, mas nem sempre se insere como ação. É necessário entender essa falta de integração porque ela pode provocar falhas no processo de comunicação em assessorias formadas por profissionais de áreas diferentes.

2.2 A crise de imagem

A crise de imagem é um problema que atinge empresas e pessoas das mais diferentes formas, por diferentes motivos. A grande questão da crise é que é muito difícil prevê-la e principalmente evitá-la. Por isso muitas empresas têm focado seus trabalhos na gestão antecipada da crise para evitá-la o máximo e minimizá-la quando acontecer.

A crise de imagem ataca o que existe de mais importante nos dias de hoje, a credibilidade. Empresas que conseguem conquistar a credibilidade dos clientes e público podem sair com a imagem menos arranhada das crises.

Nos treinamentos de crise, essa palavra aparece em negrito. Credibilidade não se constrói da noite para o dia. Empresários, autoridades públicas, políticos, governos constroem credibilidade com

seu passado e seu presente, (...). O selo de credibilidade associado a uma empresa, organização ou pessoa resiste ao tempo e aos fatos. Quando eventual episódio negativo os atinge, as reações passam a ser vistas em função desse patrimônio (FORNI, 2003, p. 381).

A ocorrência de crises é cada vez mais difícil de impedir. “A conformação atual da mídia, a enorme abrangência dos interesses econômicos e a ampla liberdade do debate político fazem das crises de imagem um fenômeno dos dias correntes” (ROSA, 2003, p.23), por esse motivo é importante estudá-las.

Rosa (2001, p. 22) explica que a crise de imagem não obedece a normalidade por causa do seu diferencial: a falha humana é na maioria das vezes o seu agente causador.

Em princípio, falhas humanas podem ser previstas e, exatamente por esse motivo, o público se sente escandalizado quando elas ocorrem. (...) em última instância, todas as falhas humanas podem ser evitadas, ao contrário dos desastres naturais. Por isso, provocam uma reação muito mais adversa (MITROFF *apud* ROSA 2001, p. 23).

Ao analisar o caso dessa pesquisa percebe-se que Paulo Octávio já assumiu o governo em meio a uma crise, gerada por falhas totalmente humanas e que poderiam ser evitadas. Os problemas eram conhecidos, o que podia variar seria o modo de como gerenciá-los e a proporção que poderiam tomar. “A crise de imagem constitui um conjunto de eventos que pode atingir o patrimônio mais importante de qualquer entidade ou personalidade que mantenha laços estreitos com o público: a credibilidade, a confiabilidade, a reputação” (ROSA 2001, p. 23).

O maior desafio do então governador era recuperar a confiança da população no governo e garantir a governabilidade. Para Rosa (2003, p. 24) quando a confiança dos outros na empresa deixa de existir há uma sentença de morte profissional ou empresarial.

A função das assessorias de comunicação é fundamental em tempos de crise já que a mídia é o campo mais fértil para seu desenvolvimento e análise. “As crises de imagem são bem particulares, pois se caracterizam por um clima de comoção e por uma ampla difusão de informações através dos veículos de comunicação” (ROSA 2001, p. 24). Por um lado é nas crises que os meios de

comunicação discutem profundamente o seu motivo causador, mas isso deve ser analisado com cuidado porque a hora da crise deve ser um momento de colocar em prática estratégias que já foram definidas em momento de calma.

Com a recorrência de crises, muitos se perguntam seus alvos preferenciais. Rosa (2001, p.21) lembra que a seriedade e ética ajudam a evitar as crises de imagem, mas não representam um salvo-conduto para que elas não ocorram. O sucesso e boa trajetória ao invés de funcionar como blindagem para a crise muitas vezes se tornam uma porta de entrada para ela. Trajetórias vencedoras podem ser mais prejudicadas nos momentos de crise devido à expectativa criada em sua volta. “É próprio das crises de imagem que atinjam e prejudiquem mais justamente aqueles que estão acostumados a vencer – vencer e acertar. Quem vence durante toda uma vida, é claro, passa a confiar mais em si mesmo” (ROSA 2001, p. 41).

2.3 Gerenciamento de crise

As crises para empresas e pessoas públicas podem ou não ser evitáveis. Arranhões na credibilidade de uma imagem são verdades no mercado de comunicação. O grande desafio, de acordo com a bibliografia consultada para esta pesquisa, é antecipá-las e minimizar seus estragos diante do público e da mídia. Para isso, adota-se a prática do gerenciamento de crise, que oferece aos envolvidos uma organização e sistematização na hora de lidar com aqueles arranhões que podem provocar perda de credibilidade, prejuízos financeiros, fim de carreiras ou até falências de empresas.

Com maior ou menor nível de precisão, é possível prever os desdobramentos de uma crise e fazer um planejamento para situações extremas. Essa foi a lógica que começou a definir os contornos do gerenciamento de crises: as crises têm um padrão (ROSA, 2003, p. 70).

Autores experientes em gerenciamento de crises, consultados para esta monografia, como Mário Rosa (2003,2001), João José Forni (2003) e Jorge Duarte (2002) no espectro da comunicação, pensam sobre diversas regras e saídas durante as crises. Mas algumas delas são unanimidades para obter um resultado satisfatório diante de maus momentos para a empresa ou pessoa

pública. A primeira delas é a prevenção. Não ser pego totalmente de surpresa por um escândalo é o primeiro conselho dos especialistas. “A premissa do planejamento e da prevenção é a base da administração de crises” (FORNI, 2002, p. 383). Diagnosticar as principais crises que podem envolver a empresa e manter uma série de atividades programadas para a ocorrência desses eventos deve ser uma regra dentro das organizações.

2.4 Manual de gerenciamento de crise

Mário Rosa (2003, p.72) defende que um plano ou manual de gerenciamento de crise é o alicerce do processo transparente de comunicação, pois é visto como uma forma geral de pensar diante da crise. O autor afirma que um plano pode conter vários pontos constitutivos, mas existem seis pontos básicos:

a) Avaliação das crises mais prováveis. Segundo o autor, existem diferentes tipos de crise, como por exemplo, de origem criminosa, de informação, desastres naturais, erros humanos, falhas de equipamentos, regulatórias, econômicas, entre outras. É necessário mapear qual possivelmente pode atingir sua empresa ou negócio. Rosa defende que é necessário estar preparado para pelo menos um tipo de cada porque no mundo de hoje elas realmente podem acontecer.

Quando Paulo Octávio assumiu o governo do Distrito Federal a crise com que ele ia se deparar já era conhecida. Utilizando a bibliografia de Mário Rosa (2003) como base, era de origem criminosa, regulatória ou ainda por erros humanos.

b) O comando das situações de crise. Rosa (2003) diz que o plano de gerenciamento deve definir quais as pessoas responsáveis por disseminar a cultura de enfrentamento de crise nas organizações. Isso porque, em momentos difíceis, os funcionários de primeiro escalão

- c) Podem ficar paralisados e perdidos diante da situação, alguém tem que tomar a dianteira do fluxo comunicacional.
- d) A doutrina de crise. O autor adverte para o fato que o manual deva detalhar as pessoas envolvidas no processo, a função de cada uma, como a organização vai se comportar e quais as primeiras atitudes a serem tomadas. São ações de comunicação interna factíveis. Essas podem elevar a auto-estima dos colaboradores para a versão dos fatos que interessa à instituição difundir.
- e) Base de dados. Rosa define isso como um suporte de trabalho, que engloba uma grande quantidade de dados. Entre eles, estão a preparação prévia de documentos de informação da empresa e telefones de fornecedores, autoridades e jornalistas. Além disso, também pode compor a base de dados as pesquisas de opinião, discursos previamente definidos para cada tipo de crise, documento com a velocidade que deve ser dada cada resposta, enfim aquilo que seja considerado importante na hora de administrar uma crise. Numa comparação, seria exatamente da mesma forma que o repórter de redação se organiza em relação a uma agenda de fontes e de dados.
- f) Definição do Porta-Voz. Essa é uma figura chave durante as crises. É a pessoa escolhida para representar a empresa. É a própria personalidade que deve se comunicar quando a crise é pessoal.

Na crise, eleger um único porta-voz, que passe credibilidade, tenha treinamento para lidar, com a imprensa e conheça profundamente a própria empresa e o problema. Ao definir esse porta-voz, optar de preferência por alguém que tenha domínio e controle sobre o negócio da empresa; habilidade para ouvir; expressar-se; para manter-se calmo, sob forte pressão; postura e boa aparência e, mais importante, transpire credibilidade. Não adianta milhões de dólares em publicidade, marketing agressivo, se na hora da crise a empresa trabalha com o improviso. Esse é um contra-senso perigoso (FORNI, 2003, p. 375).

No caso de Paulo Octávio além dele mesmo se apresentar em entrevistas o assessor André Duda também se apresentou como porta-voz.

Dias depois de Paulo Octávio assumir o governo Duda se tornou secretário de comunicação do GDF e continuou como porta-voz em algumas ocasiões.

g) Auditorias de crise. Devem auditar permanentemente a organização ou pessoa pública, tentando descobrir possíveis futuras crises.

2.5. Erros e acertos no gerenciamento de crise

Outro ponto de consenso entre os autores é a agilidade com que a empresa ou pessoa responde a mídia depois que a crise se torna de conhecimento público. A rapidez das informações e a transparência são fundamentais para manter uma boa imagem na mídia.

Se a empresa não conseguiu intervir antes da divulgação de ocorrências desabonadoras, apurar tudo, rapidamente, para formular, junto com a área de comunicação, uma versão plausível e convincente à imprensa. Embora isso não assegure a publicação da versão correta, pelo menos tenta interromper a continuação do assunto como pauta (FORNI, 2003, p. 368).

A agilidade para responder demandas da imprensa em momentos de crise é condição essencial para que se estabeleça diálogo no processo da comunicação. A demora, segundo os autores consultados, aparenta desorganização, a suposição de que se tem algo a esconder e o pior: perde a oportunidade de contar a própria versão dos fatos.

Forni (2003, p. 368) aconselha que é necessário conversar com a mídia o mais rápido possível para que a empresa assuma o comando da dinâmica das informações e não a mídia.

Entre as derrotas mais clássicas durante tentativa de gerenciamento de crise, as utilizações de mentiras ou de informações não confirmadas podem colocar a credibilidade a perder. Fato que pode ser identificado na análise em questão desta monografia e do qual trataremos em capítulo específico.

Quando se é acusado pode se tornar o seu próprio inimigo, isso porque falar e ser desmentido logo em seguida causa graves danos a imagem que podiam ser evitados falando a verdade por pior que seja.

É quase impossível sustentar uma mentira numa crise de longa duração e grande repercussão. Ingenuidade é imaginar o contrário. Os estudiosos do escândalo como um fenômeno do mundo moderno já definiram a tentativa de mentir ou enganar o público como “transgressões de segunda ordem (ROSA, 2003, p. 108).

Forni (2003, p. 370) classifica como outro erro capital deixar o jornalista sem resposta quando procurado sobre uma matéria negativa. Depois que uma reportagem é publicada com a informação de que a empresa não tenha se manifestado, fica difícil corrigir e se explicar. É como uma oportunidade perdida em um jogo.

A gente tem que partir do princípio: o que é uma entrevista? Entrevista é quando uma pessoa pergunta algo pra outra, não é isso? Isso formalmente é uma entrevista. Bom, agora vamos falar qualitativamente, o que é uma pergunta? Uma pergunta é um game, uma entrevista é um game, é uma luta, é um jogo. Em que eu vou tentar tirar dele coisas e ele vai tentar dizer o que ele pensa. Mas é um game, é um jogo ético. Então é o jornalista de um lado e o entrevistado de outro. Se o entrevistado estiver bem treinado, o que ele faz? Ele faz uma linha no chão e ele só responde pro jornalista aquilo que estiver dentro da linha. Então eu vou tentar arrastar ele pra fora da linha, e ele vai tentar me puxar pra dentro da linha. Que jogo é esse? Que luta é essa? Que você empurra o cara pra fora e ele perde? É o sumô. A entrevista é um sumô intelectual. É um jogo intelectual, então eu preciso usar da minhas habilidades técnicas e culturais para tirar dele coisas que o público quer saber. Ele, por sua vez, vai fazer contrário, vai tentar dizer aquilo que ele acha que é mais importante dizer, e não o que eu perguntei. É uma luta, muitas vezes você ganha, muitas vezes você perde. O perigo é só o nocaute. (BARBEIRO, 2008, p. 25)

Forni (2003) cita ainda outros pontos como coisas que não devem ser feitas durante uma crise, são elas: não omitir quando existe uma crise; não desprezar uma pauta jornalística; após a publicação de um fato negativo não responder precipitadamente; não partir para uma retaliação.

Para o autor, a versão é tão importante quanto administrar o problema, porque é a versão que chega até a opinião pública por meio da imprensa.

“Muitos executivos desdenham das ações de comunicação e depois lamentam as versões de jornalistas” (FORNI, 2003, p. 385).

3. Uma tragédia anunciada, o passo a passo de uma crise

A crise no governo do Distrito Federal eclodiu no final de novembro, quando foram deflagradas pela Polícia Federal as investigações da Caixa de Pandora, caso que envolveu José Roberto Arruda e aliados políticos em denúncias de pagamento de propina e mensalão.

As investigações tinham como principal fonte de acusação vídeos gravados pelo então secretário de Relações Institucionais do GDF, Durval Barbosa. O auxiliar estava no GDF desde o governo de Joaquim Roriz, de quem era homem de confiança, como presidente da Coodeplan e permaneceu durante o comando de Arruda no executivo do DF.

O primeiro vídeo divulgado pela imprensa mostrava José Roberto Arruda recebendo dinheiro de Durval Barbosa, ainda durante a campanha política em 2005. Quando questionado sobre o destino do dinheiro Arruda afirmou que seria usado para a compra de panetones que ele costumava doar no final do ano. Era tudo o que precisava. A crise ganhou nome de Panetonegate na mídia.

O secretário de Ordem Pública do DF, Roberto Giffoni, confirma que se trata de dinheiro, mas nega ser propina. O dinheiro seria uma colaboração recebida, em 2005, pelo então deputado José Roberto Arruda para financiar ações sociais, entre as quais a compra de panetones e brinquedos. (MATAIS, MICHAEL e CORRÊA, 2010, Vídeo mostra governador do DF recebendo dinheiro).

O vice-governador, Paulo Octávio, também era investigado pela Polícia Federal por receber 30% do dinheiro arrecado como propina. As investigações citam a empresa Conbral S.A. como local onde seria guardado o montante arrecadado. A Conbral é parceira da construtora Paulo Octávio em empreendimento construído em Brasília.

O dinheiro supostamente encaminhado a Paulo Octávio, segundo depoimento de Barbosa à PF em 30 de outubro, teve origem diversa, mas também viria de empresas com contratos com o governo. "PO", como é chamado o vice, segundo o depoente, não receberia o dinheiro diretamente,

mas por meio de Marcelo Carvalho, executivo de sua construtora. O vice não se manifestou. Carvalho não foi localizado. (MATAIS, MICHAEL e CORRÊA, 2010, Vídeo mostra governador do DF recebendo dinheiro).

Segundo a investigação da PF, o esquema começou na campanha eleitoral de 2006. O dinheiro era arrecado de empresas que tinham contratos com a Coodeplan - entre elas são citadas as empresas Infoeducacional, Vertax, Adler e Linknet - e destinado para a campanha de Arruda. Segundo Durval Barbosa o esquema continuou depois das eleições na forma de mensalão, onde o dinheiro era repassado para parlamentares aliados e secretários do governo. "Ele [Durval Barbosa] disse à PF que o "mensalão do DEM" é uma situação "muito piorada" da versão eleitoral e passou a ser ação "extorsiva" contra empresas" (CORRÊA, MICHAEL e MATAIS, 2010, "Esquema começou na campanha e deu origem a "mensalão").

Nos vídeos gravados por Durval, apresentados à PF e divulgado pela mídia aparecem vários parlamentares aliados do governo. Entre eles o então presidente da Câmara Legislativa, Leonardo Prudente, aparece em uma das filmagens colocando dinheiro recebido de Durval na meia. A deputada Eurides Brito aparece guardando maços em sua bolsa. O deputado Brunelli apareceu fazendo uma oração com os demais presentes após receber, o que o delator afirma ser, o mensalão.

O "ponto alto" de problemas de imagem, para Paulo Octávio aconteceu no mês de fevereiro, mais precisamente nos 12 dias em que esteve no comando do governo da cidade até o dia de sua renúncia.

No presente capítulo, é apresentado o dia a dia da vida política de Paulo Octávio durante esse período. Os acontecimentos são narrados e analisados a partir de matérias jornalísticas publicadas diariamente pelo jornal Folha de São Paulo.

Dia1: Relato baseado nos textos: "*Nem contra Collor houve tal medida*", "*Arruda afirma que é vítima de armação*", "*Filiados do DEM deixam governo*";

“vice é poupado”, “Procurador pede intervenção federal no DF”, “Política adota lei do silêncio em Brasília”, “Acusação de suborno leva Arruda à prisão no DF” e coluna “painel”.

O governo de José Roberto Arruda já estava há dois meses envolvido na crise conhecida como o “mensalão do DEM do DF”. A essa altura o governador Arruda já estava sem partido. Havia se afastado do DEM¹. No dia 11 de janeiro Arruda teve sua prisão decretada pelo Superior Tribunal de Justiça. O pedido de prisão se deu depois da denúncia de que a mando do governador o funcionário aposentado da Companhia Energética de Brasília (CEB), Antonio Bento da Silva tentou subornar uma testemunha, o jornalista Edson Sombra antes de seu depoimento à Polícia Federal. No mesmo dia a Procuradoria-Geral da República, na pessoa do procurador Roberto Gurgel requisitou a intervenção da União no Distrito Federal.

Antes de se apresentar à Polícia Federal, o governador mandou uma mensagem à Câmara dos deputados se licenciado do cargo enquanto durasse a medida coercitiva que lhe foi destinada, para que, segundo suas palavras, “Paulo Octávio pudesse dar seguimento a todas as obras”. Além disso, Arruda escreveu uma carta de próprio punho com 6 páginas lamentando o ocorrido e afirmando que havia sido vítima de uma campanha difamatória.

No instante em que a campanha difamatória atinge níveis jamais vistos na vida pública brasileira e que as denúncias torpemente preparadas atingem não apenas a mim, como chefe do Executivo eleito pelo voto popular, mas ao governo como um todo e a toda Brasília, pedi licença do cargo que exerço para que, com o vice-governador Paulo Octávio, vocês possam dar seguimento a todas as obras e a todos os projetos que vínhamos executando (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010, Nem contra Collor houve tal medida, texto identificado como carta de Arruda).

Diante desse cenário, Paulo Octávio assumiu o governo do Distrito Federal, mas segundo o jornalista Melchiades Filho (2010), na coluna Análise, Paulo Octávio estava diminuindo suas atividades políticas e se afastado informalmente da direção do DEM em Brasília, já que sua imagem estava arranhada “apenas lateralmente”.

1. Arruda se desfilou do DEM no dia 10 de dezembro para, segundo ele, poupar os companheiros de partido de decidir sobre a opinião dos radicais de expulsá-lo ou não.

Pouco antes de o STJ determinar a prisão de José Roberto Arruda, estava em curso no Distrito Federal uma operação para fazer o vice, Paulo Octávio, submergir. Com uma série de denúncias nas costas, o empresário fora orientado tanto por políticos quanto por advogados a se manter longe do epicentro da crise. Tinha viagem marcada para os EUA. A saída do governador por via judicial mudou o plano. Pesou na decisão de "PO" a ideia de que a renúncia seria uma espécie de confissão de seu envolvimento no escândalo. Além disso, a perspectiva de uma eventual intervenção federal pode encurtar sua permanência no cargo, aliviando as pressões. (LO PRETE, 2010, PAINEL).

Dia 2: Relato baseado nos textos: *“Planalto quer evitar “desgaste” de intervenção”, “Interino é alvo de pedidos de impeachment” e “Paulo Octávio diz que “abre mão” de eleição”*.

O teor dos textos um dia após assumir o governo do Distrito Federal, passavam que Paulo Octávio, tentava passar uma sensação de normalidade nas atividades do executivo, além de buscar tranqüilidade e confiança para seu mandato. O assessor executivo André Duda (2010, Planalto quer evitar "desgaste" de intervenção) deu entrevista como porta-voz do Palácio do Buriti afirmando que não havia crise institucional e que o governo estava funcionando em sua normalidade.

O então governador pediu que alguns secretários colocassem seus cargos à disposição para que fosse montada uma nova estrutura capaz de garantir a governabilidade.

Nesse mesmo dia quatro entidades entraram com pedido de Impeachment contra o governador. Os pedidos foram feitos pela OAB-DF e pelos partidos PT, PSB e CUT. Só depois da prisão do governador José Roberto Arruda os deputados distritais decidiram seguir com as investigações do mensalão do DEM.

No dia 12 de fevereiro os distritais prometeram também seguir com o processo de Impeachment. Em contrapartida, o processo de intervenção federal pedido pela Procuradoria Geral da República estava tentando ser sufocado pelo executivo Federal. “O Palácio do Planalto avalia que politicamente a intervenção no Distrito Federal será um "desgaste" num ano eleitoral e vai tentar evitá-la. Sabe, porém, que as circunstâncias podem torná-la inevitável” (CRUZ, 2010).

No dia 12 de fevereiro Paulo Octávio concedeu uma entrevista para o jornal Folha de São Paulo (RODRIGUES, 2010). Nessa ocasião o governador afirmou que abria mão de sua candidatura, abria mão da sua vida pública em prol da sua governabilidade. Octávio já indicava o interesse em tratar do assunto com o presidente Lula, em reunião que aconteceria dias depois.

Quero compartilhar essa responsabilidade. Brasília é hospedeira do governo federal. Vou dizer: "Preciso de apoio". Se vamos buscar a governabilidade, é importante buscar entendimento com o governo Federal e os partidos. Temos os festejos de 50 anos de Brasília, que estão perto (OCTÁVIO apud RODRIGUES, 2010).

Na entrevista exclusiva ao jornalista Fernando Rodrigues, Paulo Octávio se defendeu do pedido de impeachment afirmando que ele não era governador quando foi aberto, dessa forma, o pedido seria direcionado ao governo de Arruda. Ainda falando de Arruda, Paulo Octávio não defendeu o ex-governador, apenas não o acusou. Quando perguntado sobre acusações feitas por Durval Barbosa, inclusive sobre a afirmação que Paulo Octávio recebia 30% do dinheiro do mensalão, o governador permaneceu calado, sem se manifestar com nenhuma resposta.

Paulo Octávio foi aconselhado a não comparecer à reunião convocada ontem pela Câmara Legislativa para discutir o futuro. A hora é "de luto", sugeriram aliados. Para eles, a única chance de "PO" fechar o ano como governador é evitar demonstrar "apetite pelo poder". (LO PRETE, 2010).

Dia 3: Relato baseado nos textos: *“Governador do DF é preso acusado de tentar suborno”* e *“Polícia faz mais 21 mandados de busca no DF”*.

As manchetes giram em torno do fato que no dia 13 de fevereiro o Habeas Corpus de José Roberto Arruda havia sido negado e a Polícia Federal cumpriu 21 mandados de busca e apreensão na casa de envolvidos nos escândalos e em órgãos do governo. Entre os envolvidos estava um aliado de Paulo Octávio, o ex-policia Marcel Toledo. Ele foi flagrado em vídeo questionando sobre um dinheiro que iria para o então vice-governador, Octávio nega que o dinheiro tenha sido direcionado a ele. No dia da busca Toledo estava trabalhando no GDF. Nenhum mandato de busca foi cumprido na casa do governador e ninguém foi preso durante a operação.

Nesse momento, segundo a matéria de Filipe Coutinho, Lucas Ferraz e Maria Clara Cabral (2010), Paulo Octávio tentava costurar novos apoios políticos oferecendo cargos no governo. Além disso, o governador assumiu em entrevista a possibilidade de renunciar ao cargo caso fosse melhor para a cidade.

Dia 4: Relato baseado nos textos: *“PF aperta cerco contra substituto de Arruda”*, *“Visita à sede da PF, onde governador está preso, vira atração de Carnaval”* e *“Evidência contra Arruda é “contudente”, diz ministro”*.

Paulo Octávio ganha da Folha de S. Paulo o codinome de substituto de Arruda. Até o dia 14 de fevereiro Paulo Octávio ainda não havia visitado José Roberto Arruda na Polícia Federal, onde estava preso. Nesse dia o ministro do STF Marco Aurélio Garcia que já havia negado o *Habeas Corpus* a Arruda um dia depois de sua prisão deu entrevista ao jornal (SOUZA, 2010) afirmando que seu voto seria novamente contrário ao *Habeas Corpus* imediato de Arruda.

Enquanto isso dois aliados de Paulo Octávio tiveram suas casas devassadas pela investigação da PF, o ex-policial, Marcelo Toledo e o ex secretário de governo, José Humberto Pires. Segundo reportagem dos jornalistas Lucas Ferraz e Fernanda Odilla a Folha de São Paulo teve acesso ao relatório da PF sobre o material apreendido. Uma parte desse relatório fala sobre uma sociedade que Paulo Octávio e José Humberto Pires tiveram no empreendimento Ilhas do Lago em Brasília.

O documento afirma que na empresa havia parte das notas marcadas para investigar as ramificações do esquema de corrupção. "Tanto na Conbral quanto na residência de Domingos Lamoglia foram encontradas cédulas cujos números de série coincidem com aqueles contidos nas cédulas distribuídas por Durval Barbosa [delator do esquema], sob monitoramento da Polícia Federal", diz o texto da Diretoria de Inteligência da PF. (FERRAZ e ODILLA, 2010, Relato baseado nos textos PF aperta cerco contra substituto de Arruda)

Dia 5: Relato baseado nos textos: *“Sem Saída”*, *“DEM adia encontro para decidir sobre expulsão”* e *“DF paga R\$ 10,4 milhões a empresas de Paulo Octávio”*.

No dia 16 de fevereiro o DEM decidiu adiar reunião que decidiria o futuro do governador Paulo Octávio no partido. Segundo apuração da Folha (SUCURSAL BRASÍLIA, 2010, DEM adia encontro para decidir sobre expulsão) a expulsão do empresário ainda era dúvida, tudo dependia dos apoios que conquistasse, do resultado de seu encontro com o presidente Lula e da decisão da Câmara sobre o processo de impeachment.

O vice, Paulo Octávio, está numa corda bamba, equilibrando-se entre o que já foi, está sendo e ainda poderá ser publicado sobre a Operação Caixa de Pandora. Ele dorme sonhando com um "arco de alianças políticas", mas perdeu o próprio DEM e acorda num pesadelo. (CANTANHÊDE, 2010, SEM SAÍDA)

Nesse mesmo dia, investigações dos jornalistas Fernanda Odilla, Lucas Ferraz e Filipe Coutinho apontaram que empresas de comunicação de Paulo Octávio² receberam em 2009 R\$5,2 milhões, 126% a mais do que receberam no primeiro ano de governo de Arruda. A reportagem não conseguiu levantar os dados sobre o ano de 2007. Advogados de Paulo Octávio afirmaram que essa distribuição era feita de acordo com a audiência de cada meio de comunicação. Essa verba era dividida pelo ex-secretário de comunicação, e envolvido no escândalo do mensalão do DEM, Welington Moraes. No ano de 2009 o GDF, tirando empresas públicas e fundações, gastou R\$ 201 milhões com verba de publicidade, a maioria deles direcionado para o jornal Correio Braziliense.

Dia 6: Relato baseado na coluna *“painel”*.

Segundo a jornalista Renata Lo Prete (2010, Painel) Paulo Octávio esteve em Goiânia para conversar com o senador Demóstenes Torres (DEM), seu principal algoz, na tentativa de permanecer no cargo de governador. Ele teria pedido apoio para garantir a governabilidade. O senador não teria cedido e afirmou que continuaria defendendo sua expulsão na próxima executiva nacional do partido

Dia 7: Relato baseado nos textos: *“Esnobado, Paulo Octávio cogita renúncia”* e *“Poderes se unem para evitar intervenção federal no DF”*.

2. Além da construtora Paulo Octávio possui um conglomerado de comunicação composto pela TV Brasília e as rádios JK, Voz do Cerrado, Gama e Principal

Paulo Octávio não conseguiu agendar a audiência que desejava com o presidente Lula, e segundo reportagem produzida na sucursal de Brasília da Folha (2010, Esnobado, Paulo Octávio cogita renúncia), o governador teria confidenciado à pessoas próximos que estava pensando na possibilidade de uma renúncia. Além de tentar se reforçar politicamente, PO queria conversar com Lula sobre a garantia de uma festa de 50 anos para a capital do país.

Nesse momento toda a cúpula política do Distrito Federal estava unida para evitar uma intervenção federal, devido aos mais diversos motivos. “As motivações são diversas, mas todos têm um objetivo em comum: evitar o desgaste de entregar o governo a um interventor federal, medida inédita desde a redemocratização” (COUTINHO e CABRAL, 2010, Poderes se unem para evitar intervenção federal no DF).

Dia 8: Relato baseado nos textos: *“Procuram-se um pacto e um pato”, “Meia Volta”, “Presidente do TJ-DF não quer assumir governo”, “Indeciso, STF ainda estuda intervenção”, “Interino procurou consultor e falou de termos de saída”, “À espera do STF, Octávio desiste de renúncia”, “Maioria diz que irá votar pela cassação”, “Câmara do DF abre processo contra Arruda e Paulo Octávio” e “São os negócios”.*

O dia 18 de fevereiro foi um dos mais conturbados enquanto Paulo Octávio foi governador do Distrito Federal. Na manhã desse dia o governador teve um encontro com o presidente Lula para falar sobre a situação política na capital do país.

Paulo Octávio já tinha sua carta de renúncia escrita, e já havia comunicado a aliados, secretariado e seu partido (DEM) sobre sua decisão, mas no mesmo dia voltou atrás. O governador afirmou que seguiu conselhos do presidente para não renunciar. "Apesar de ter a minha carta de renúncia pronta e entregue à deputada Eliana Pedrosa, líder do meu partido na Câmara Legislativa, aguardo mais alguns dias, como me recomendou o presidente" (OCTÁVIO apud CABRAL E ODILLA, 2010, À espera do STF, Octávio desiste de renúncia). Na mesma reportagem, a Folha de São Paulo trouxe a versão do Planalto desmentindo o conselho que Paulo Octávio diz ter vindo do presidente Lula. Ao ser desmentido o GDF emitiu nota de esclarecimento, publicada na mesma matéria que explicava: "em nenhum momento o presidente fez

qualquer sugestão, recomendação ou proferiu qualquer manifestação sobre sua permanência [de Paulo Octávio] ou não no cargo".

A decisão de “não renúncia” foi uma surpresa e provocou críticas de membros de todo o governo, mídia, partidários e da população. O Secretário de transportes Alberto Fraga criticou a atitude de Paulo Octávio falando que o fato dele ter falado uma coisa, feito outra e depois ter voltado atrás foi muito ruim (Cabral e Odilla, 2010). Dentro do DEM a situação que já não estava das melhores se complicou ainda mais.

As idas e vindas de Paulo Octávio praticamente acabaram com suas chances de sobrevivência no DEM. Até aliados que eram contrários a sua expulsão agora avaliam ser inviável a sua permanência no partido. Já prevendo isso, Octávio avisou ontem ao líder da legenda no Senado, José Agripino Maia (RN), que deve deixar o DEM (CABRAL e ODILLA, 2010, À espera do STF, Octávio desiste de renúncia).

A confusão causada pelas mudanças de decisão do governador de Brasília pegou até a mídia de surpresa. Segundo a coluna Toda Mídia do jornalista Nelson de Sá do dia 19 de fevereiro o blog do Ricardo Noblat divulgou nota às 17h08 com o título “Porque Paulo Octávio renunciou”, para logo em seguida alterar para “Meia volta volver: PO diz que fica”. Lauro Jardim também publicou em seu blog um texto que dizia “PO vai renunciar”. A situação não trazia mais nenhuma perspectiva de melhora. “O fato é que o GDF ruiu, e não tem mais jeito nem milagre. Ninguém quer a intervenção, mas vai acabar sendo ela ou ela” (CANTANHEDE, 2010, Opinião).

Menos de três horas depois do pronunciamento de Paulo Octávio a Câmara Legislativa do DF abriu os processos de impeachment contra o governador preso José Roberto Arruda e o governador interino Paulo Octávio. “O relator do impeachment dos dois é Batista das Cooperativas (PRP). Ele levou semanas para fazer o parecer no caso de Arruda, no de Paulo Octávio, 20 minutos” (COUTINHO, 2010, Câmara do DF abre processo contra Arruda e Paulo Octávio). Para o jornalista Filipe Coutinho (2010, Câmara do DF abre processo contra Arruda e Paulo Octávio) a agilidade com que foi decidida a abertura do processo de impeachment de Paulo Octávio está diretamente relacionada ao fato de nenhum membro do governo querer a intervenção federal. Mas as teorias sobre as decisões de 18 de fevereiro tinham diversos olhares.

Na opinião de quem conhece bem Paulo Octávio, um dos elementos para entender seus movimentos erráticos desde a prisão de José Roberto Arruda é o receio de que a renúncia ao governo, seguida de eventual intervenção, coloque em risco ao menos parte de seus muitos negócios no Distrito Federal. Mais especificamente, o governador interino teme que o mandatário da faxina venha a revogar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, mina de ouro para as empreiteiras de "PO". Em depoimento à PF, o gravador-geral Durval Barbosa afirmou que cada um dos 19 votos para aprovar o Pdot na Câmara Distrital custou até R\$ 420 mil. O Ministério Público do DF tenta anular a votação (LO PRETE, 2010, São os negócios).

A jornalista Ana Flor afirmou (2010, Interino procurou consultor e falou de termos de saída) que depois de seu encontro com Lula e antes de desistir da renúncia em público, Paulo Octávio procurou o jornalista e consultor em gerenciamento de crise Mário Rosa para se aconselhar sobre que atitudes tomar. A jornalista afirmou que Rosa aconselhou que se a decisão fosse uma renúncia que ela acontecesse o mais rápido, ainda ontem e devia ser feita em uma coletiva de imprensa. Quando procurado pelo jornal Folha de São Paulo Mário Rosa negou que estivesse dando consultoria para Paulo Octávio, disse que passou o carnaval em Brasília e foi procurado pelo governador. Esta pesquisadora não conseguiu localizar Rosa para confirmar a versão.

Em entrevista à Folha, Octávio disse que ontem foi o dia "mais difícil da vida", mas que permanecia no cargo por causa dos "apelos". "Não vou negar que preciso urgentemente de apoio. Estou pedindo a Deus, não estou forte, não", afirmou (CABRAL e ODILLA, 2010, À espera do STF, Octávio desiste de renúncia).

Dia 9: Relato baseado nos textos: *“Paulo Octávio diz agora que fica até fim do governo”* e *“STF só avaliará intervenção no DF em março”*.

Um dia depois de falar que não renunciaria ao governo do DF, Paulo Octávio prometia agora que ficaria a frente do executivo local até o final do mandato. Ele se reuniu com todos os secretários, e segundo a jornalista Maria Clara Cabral (2010, Paulo Octávio diz agora que fica até fim do governo) a ideia era montar uma agenda com o maior número de inaugurações possíveis para evitar a intervenção Federal. “O governador quer mostrar para o Ministério Público Federal que o pedido de intervenção é fora de propósito. As escolas estão funcionando, a saúde está funcionando. A crise é grave, é política, mas para a população não está acontecendo” (DUDA apud CABRAL, 2010, Paulo

Octávio diz agora que fica até fim do governo). O governador manteve ainda todos os nomes de seu secretariado.

No mesmo dia o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, afirmou que a decisão sobre a intervenção federal no Distrito Federal ficaria para março.

Todo o desenrolar político da crise está amarrado ao Supremo, inclusive a decisão de renunciar ou não do governador interino, Paulo Octávio. Ele já redigiu a carta de renúncia, mas disse que iria aguardar decisão do tribunal. (CANTANHEDE, 2010, STF só avaliará intervenção no DF em março).

Dia 10: Relato baseado no texto: *“Ministério Público denuncia Arruda por falsidade ideológica”*.

Paulo Octávio marcou uma reunião com 24 deputados distritais, na residência da vice-governadoria, visando assegurar sua governabilidade como chefe do executivo no Distrito Federal. Sua tentativa não obteve êxito, apenas 5 deputados estiveram presentes. “Segundo Alberto Fraga (DEM), secretário de governo e deputado federal licenciado, os distritais não querem se expor à imprensa dando apoio ao governador interino” (FERRAZ, 2010, Ministério Público denuncia Arruda por falsidade ideológica).

Dia11: Nenhum fato novo foi noticiado sobre o governo de Paulo Octávio nesse dia.

Dia12: Relato baseado no texto: *“Petista será relator do impeachment de Arruda em comissão”*.

No dia 22 de fevereiro foram decididos os relatores no processo de Impeachment de Arruda e Paulo Octávio. Para o processo do governador preso foi escolhido um parlamentar da oposição, Chico Leite (PT). Para o processo do governador interino o relator escolhido foi um aliado, Batista das Cooperativas (PRP).

A escolha dos relatores para a comissão especial do impeachment revela a disposição dos deputados distritais para isolar Arruda, preso há duas semanas, e dar uma sobrevida a Paulo Octávio, governador interino. (...). A Folha apurou que o acordo surgiu como forma de aliviar a pressão sobre Paulo Octávio. (COUTINHO e GAMA, 2010, Petista será relator do impeachment de Arruda em comissão).

Dia 13 - A Renúncia: Relato baseado nos textos: *“Planalto e STF já articulam intervenção”*, *“Octávio diz que era "impossível" ficar sem apoio”*, *“Paulo Octávio renuncia e DF tem 3º governador em 12 dias”* e coluna *“Painel”*.

Na manhã do dia 23 de fevereiro, Paulo Octávio encontrou-se com partidários para decidir seu futuro no DEM e a frente do governo do DF. Segundo reportagem produzida na sucursal de Brasília, pelos jornalistas Fernanda Odilla, Larissa Guimarães, Filipe Coutinho e Andreza Matais (2010, Paulo Octávio renuncia, e DF tem 3º governador em 12 dias) a conversa com a cúpula do DEM reforçou a vontade dos figurões do partido em expulsar Octávio da sigla.

Após a reunião no DEM, o até então governador do Distrito Federal, anunciou sua desfiliação do partido e renúncia ao cargo de governador da capital federal. A renúncia foi apresentada em forma de carta na Câmara Legislativa.

Paulo Octávio não apareceu. Mandou emissários entregarem a renúncia na Câmara e o pedido de desfiliação do DEM no Congresso. Na carta de renúncia, em seis páginas estampadas com o timbre do governo do DF, Paulo Octávio disse que deixou o cargo para "apaziguar os ânimos" e para garantir a governabilidade (ODILLA, GUIMARÃES, COUTINHO e MATAIS, 2010, DF tem 3º governador em 12 dias).

A falta de apoio político foi um fato essencial na renúncia de Paulo Octávio. “À Folha, Octávio disse que "seria impossível enfrentar uma "crise como essa sem o apoio integral do DEM", partido do qual se desfilou também ontem” (DA REDAÇÃO, 2010, Octávio diz que era "impossível" ficar sem apoio).

Para assumir o cargo deixado por Paulo Octávio assumiu o então presidente da Câmara dos deputados, Wilson Lima (PR). Com essa mudança de governo no executivo local muitos acreditavam que a intervenção federal era inevitável.

A renúncia do vice-governador, Paulo Octávio, era a senha que o Planalto e o STF aguardavam para começar a deflagrar a intervenção no Distrito Federal, tida agora como a única saída para a crise da capital. (...) Segundo o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, autor do pedido de intervenção, a renúncia do vice ratifica a necessidade da medida. (CANTANHÊDE, PERES e FERRAZ, 2010, Planalto e STF já articulam intervenção).

E assim, Paulo Octávio deixou o governo do Distrito Federal, sob ameaça de intervenção Federal, com dúvidas sobre a capacidade de governabilidade do poder executivo e incerteza para as eleições de outubro de 2010. Idas e vindas, que à luz da comunicação social provocaram a “fritura” da sua imagem política.

4. Lições de uma crise

Ao analisar o dia a dia de Paulo Octávio narrado por meio das matérias publicadas na Folha de São Paulo, é possível fazer uma análise sobre como ele se saiu no gerenciamento da sua crise baseado na bibliografia utilizada com autores experientes no assunto.

O objetivo dessa análise foi o de observar a atitude do representante público diante de uma crise de imagem de proporções devastadoras.

É importante entender que Paulo Octávio assumiu o governo em um momento que toda a política do Distrito Federal estava imersa em uma crise sem precedentes. Mas segundo as investigações da Polícia Federal, uma crise que ele ajudou a criar. Envolvido ou não com o esquema de corrupção de Brasília, a verdade é que sua imagem agora representava para a opinião pública um governo de caixa dois, “mensalão” e enriquecimento ilícito.

Ao assumir o cargo de líder do executivo local, segundo a cobertura, a primeira atitude de Octávio noticiada pela mídia foi reunir seu secretariado, pedir que alguns deles abrissem mãos de seus cargos para “garantir a governabilidade” na cidade.

Ao analisar essa atitude vemos sua importância no que ela pode significar, no que ela simboliza. Ao agir dessa forma o político demonstra vontade de mudar o que estava sendo feito. Seria como provar para a opinião pública que deseja fazer uma “asepsia” no governo retirando tudo o que pudesse contaminar o todo com os resquícios das investigações da Caixa de Pandora.

Mário Rosa (2003, p. 178) afirma que os gestos simbólicos são essenciais porque eles traduzem o que está sendo feito, eles são a ponte entre o fato ou a decisão com a percepção coletiva. Rosa defende que ver e ouvir é o que aproxima a opinião pública do acontecimento. Dessa forma, o que é dito, e feito pela empresa, o gesto simbólico no caso, ganha o ar de dramatização acompanhado passo a passo pelo público.

Não tenha ilusões: na crise existem dois pólos. Ou você é o vilão ou você é o mocinho. Por mais que pareça uma simplificação exagerada, esses são os dois pólos a partir do qual a opinião pública absorve as informações. Todo esforço de uma crise é buscar associação – por

intermédio de gestos, iniciativas, posicionamentos – com o lado positivo desse diagrama. Numa crise não importa o que se faz, mas acima de tudo como se faz. A percepção muitas vezes conta mais do que as ações. (ROSA, 2003, p. 177)

No dia 12 de fevereiro, Paulo Octávio deu uma entrevista ao jornal Folha de S. Paulo da qual pode ser destacado alguns caminhos escolhidos pelo governador para gerenciar a crise que enfrentava.

Ao ser perguntado sobre o processo de *impeachment* que seu governo estava atravessando, ele se defendeu afirmando que era apenas seu segundo dia como governador, dessa forma o pedido estava direcionado ao governador Arruda. Octávio usou uma ideia que traz a tona à discussão uma questão importante no gerenciamento de crise: o sucesso da imagem x sucesso jurídico.

O entrevistado se apoiou em uma questão jurídica para defender sua imagem. Segundo o autor Mário Rosa (2001, p. 179) esse é um dos maiores dilemas em meio as crises: agir sem deixar de lado o fator jurídico nem a preocupação com a opinião pública. Para o autor, o segredo para não cometer erros é analisar cada caso separadamente para se chegar a um equilíbrio. Nem sempre o que é legal pode parecer bem ao público.

Na mesma entrevista Paulo Octávio permaneceu calado, se negou a responder quando questionado sobre as acusações de Durval Barbosa, de que enquanto vice-governador recebia 30% do dinheiro recolhido pelo mensalão do DEM.

Especialistas em gerenciamento de crise avaliam que o silêncio diante de perguntas tão delicadas é mortal para a credibilidade. O silêncio demonstra que se tem alguma coisa a esconder e abre margem para que seja imaginada qualquer resposta. João José Forni (2002, p. 370) defende que as fontes devem interferir na matéria com explicações plausíveis, contribuindo com amplos esclarecimentos para o que está sendo investigado. Segundo Forni a equação é desmentir quando necessário ou admitir quando o fato for irreversível, mas explicando as providências a serem tomadas. “Esconder informação é um erro. Um ‘sem comentário’ ou um silêncio misterioso só acende a imaginação. Se a crise envolver o público, é função da mídia

descobrir tudo o que puder, com ou sem a sua cooperação” (POTY apud FORNI, 2002, p. 371).

O jornal Folha de S. Paulo sinaliza em suas publicações que Paulo Octávio seguiu conselhos de advogados e aliados políticos para tomar decisões sobre a exposição da sua imagem. Um exemplo é o trecho a seguir:

Paulo Octávio foi aconselhado a não comparecer à reunião convocada ontem pela Câmara Legislativa para discutir o futuro. A hora é "de luto", sugeriram aliados. Para eles, a única chance de "PO" fechar o ano como governador é evitar demonstrar "apetite pelo poder".(LO PRETE, 2010)

Existe um questionamento no estudo do gerenciamento de crise, sobre seguir conselho de advogados e outros tipos de conselheiros no tratamento com a mídia, responsável por pautar a opinião pública. Muitas vezes a orientação dessas pessoas é que o envolvido em uma turbulência se cale, decisão questionada por especialistas em crises de imagem. Como já foi visto nesse capítulo, o silêncio e a omissão são criticados por esses autores.

Seguindo ainda a reflexão sobre o conselho de advogados e a omissão e silêncio do envolvido no caso, a Folha de S. Paulo apurou que as empresas de comunicação de Paulo Octávio receberam um repasse de verbas de publicidade 126% maior do que no primeiro ano do governo Arruda. Para responder a essa matéria apenas os advogados do político se manifestaram. Baseando-se na bibliografia usada nessa pesquisa é possível afirmar que o melhor teria sido o próprio governador vir a público se manifestar sobre o caso.

No dia 18 de fevereiro, Paulo Octávio estava com sua carta de renúncia pronta. Antes de fazer o pronunciamento na Câmara Legislativa do Distrito Federal se encontrou pela manhã com o presidente Lula para falar sobre apoio político ao governo do Distrito Federal. A reunião com Lula não teve muito resultado.

Mais tarde na Câmara Legislativa Paulo Octávio disse que sua carta de renúncia estava pronta, mas não iria renunciar naquele momento. O governador pegou muitos de surpresa. Alguns blogueiros, como Ricardo Noblat, por exemplo, já haviam antecipado a renúncia com notícias pela internet. Seus aliados a davam como certa.

Ao explicar o motivo da mudança de decisão, o governador disse que seguiu um conselho de Lula para não renunciar naquele momento. Mais tarde em anúncio oficial o Planalto negou que o presidente havia dado esse conselho a Paulo Octávio. Pouco depois a assessoria do GDF confirmou a versão do Planalto.

Esse dia de idas e vindas em decisões e declarações abalou mais ainda a imagem de Paulo Octávio. Mário Rosa (2001, p. 158) exemplifica que mentir e ser desmentido é como um bumerangue, quando usado de forma imprópria a arma volta contra quem a utiliza.

Num organismo vivo, a diferença entre ser pilhado num problema específico e ser flagrado depois como mentiroso equivaleria à diferença entre uma infecção localizada e uma septicemia, espalhada por todos os órgãos. Sua credibilidade fica reduzida ao pó (ROSA, 2001, p. 158)

Paulo Octávio não tinha mais apoio político dentro de seu próprio partido, e ao desistir da renúncia foi criticado também por aliados políticos do Distrito Federal. Octávio passava a sensação de estar confuso em relação a forma como daria continuidade ao seu governo, e sua dúvida levou confusão àqueles que estavam ao seu redor.

Três horas depois que Paulo Octávio voltou atrás sobre sua renúncia os parlamentares abriram um processo de impeachment contra o governador. Segundo publicação da Folha de S. Paulo a agilidade dos parlamentares e a mudança de ideia de Octávio estavam ligadas ao receio de todas as esferas do governo do DF em relação a Intervenção. A jornalista Renata Lo Prete associou o medo de Paulo Octávio de uma possível intervenção da União, com a revogação do Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) que já estava sendo alvo de acusações. O PDOT seria uma enorme fonte de renda para a empresa do acusado.

Com essa série de acusações e atitudes frustradas Paulo Octávio e a crise do GDF já tinham se transformado em uma coisa só. Mário Rosa (2001, p. 50) identifica dois tipos de crise de imagem que atingem pessoas, a essa altura o governador já se encaixava nas duas definições. Segundo Rosa, o primeiro tipo desgasta a reputação de um profissional reconhecido, é a crise que ao atingir o profissional pode abalar seriamente a continuidade dos seus negócios. Esse era o risco que Paulo Octávio estava correndo em relação ao

negócios da sua empresa imobiliária, já que ela está diretamente relacionada a sua imagem por levar seu nome. O segundo tipo de crise na visão de Mário Rosa (2001, p.50) acontece quando a pessoa representa um setor ou uma organização, e a crise profunda acontece como forma de *“impeachment”* diminuindo as chances do envolvido de continuar a frente do cargo. “Há também o risco de que os ataques a uma pessoa no comando de uma organização desestabilizem a própria organização, ao desgastar sua face pública mais conhecida” (ROSA, 2001, p. 50).

No dia 20 de fevereiro Paulo Octávio Convocou uma reunião com 24 deputados distritais a fim de manter a governabilidade no governo, abalada depois da iminência de uma renúncia. Mas não obteve êxito na tentativa, apenas quatro parlamentares compareceram a reunião.

A mídia continuava noticiando a falta de apoio político que ele vinha sofrendo. A essa altura Paulo Octávio estava sendo atacado no que os especialistas defendem ser o mais importante para a imagem de uma pessoa pública ou organização: a credibilidade. A falta de credibilidade era corroborada pelos próprios atores do cenário político em Brasília.

O selo da credibilidade associado a uma empresa, organização ou pessoa resiste ao tempo e aos fatos. Quando eventual episódio negativo os atinge, as reações passam a ser vistas em função desse “patrimônio” (FORNI, 2002, p. 381).

No dia 23 de fevereiro o governador do Distrito Federal se reuniu com líderes do Democratas para tentar conquistar apoio político. Mas segundo publicação da folha de S. Paulo não obteve êxito, o partido não voltou atrás na decisão de expulsá-lo.

Após a reunião com os líderes do DEM Paulo Octávio enviou um representante que levava uma carta de 6 páginas à Câmara dos Deputados na qual comunicava sua desfiliação do partido e a renúncia ao governo do DF.

Paulo Octávio colocava fim ao seu governo curto e conturbado sem dar as caras. Segundo as regras do gerenciamento de crise outro erro.

A renúncia acabou com um período de desgaste da imagem do empresário.

5. Conclusão

Para se chegar a uma conclusão sobre esse trabalho, é importante lembrar que ao assumir o governo Paulo Octávio já estava administrando uma crise de imagem. Desde fevereiro quando foram deflagradas as investigações da Caixa de Pandora a imagem dele foi afetada. Nesse primeiro momento apenas lateralmente. Em fevereiro quando assumiu o governo do Distrito Federal se tornou o alvo central das críticas e acusações. Não poderia ser diferente, as crises são personificadas quando estão diretamente ligadas a atores específicos.

Ao assumir o governo Paulo Octávio deveria pensar em um plano para conter a exposição negativa na mídia causada pelo escândalo que estava envolvido. Uma equipe especializada em gerenciamento de crise e um plano especial para a situação deviam ser montados.

Ao analisar o dia-a-dia de Paulo Octávio a frente do executivo do DF foi possível notar mais erros do que acertos ao gerenciar a imagem. Ao assumir o governo da capital Octávio deveria ter tentado tirar o foco da mídia das investigações da Caixa de Pandora pautando a imprensa com novos assuntos sobre sua gestão. O governador não obteve êxito nesse quesito.

A falta de apoio político dentro do próprio partido foi um grande responsável por deixar o governo de Paulo Octávio ainda mais conturbado e noticiado.

Foi possível analisar também que em certos momentos o governador passava uma imagem que estava confuso e sem direção. Dessa forma a sensação era que o governo do Distrito Federal estava sem comando e parado por causa dos escândalos.

Paulo Octávio tem sua imagem totalmente ligada com suas empresas, sendo assim uma crise de imagem desse tamanho tem o potencial de atingi-las. Por isso é necessário se preocupar com a imagem não apenas de político, mas de figura pública como um todo.

Conclui-se desse trabalho que por maior que seja a crise de imagem é necessário um plano para gerenciá-la, pois seus estragos podem ser maiores que o esperado. Gerenciar crise hoje em dia não é um improviso, é uma

atividade que deve ser pensada e planejada para não colocar em risco a credibilidade que demora tanto a ser construída.

É claro que políticos sérios serão sempre bem-vindos, mecanismos de controle sobre a atividade pública constituem avanços inquestionáveis, assim como a exposição das mazelas e desvios éticos ajuda a coibir ações indevidas. Mas a questão é: o sistema político terá de produzir quadros cada vez mais capazes de despertar uma impressão subjetivamente positiva, mas ao mesmo tempo de dar respostas objetivamente concretas em termos de melhoria das condições sociais. O problema é que o nível de exigência aumenta a cada dia, a imprensa amplia sua cobertura e exposição dos fatos e os limites de exercício do poder são permanentemente regulados. Conciliar o desafio da transparência e da ética – num ambiente de questionamentos sempre crescentes – com a eficiência (necessária para legitimar a ação política) é um desafio que está à frente daqueles que pretendem exercer liderança na sociedade moderna (ROSA 2003, p. 225).

Silêncio e indecisão são venenos na hora de se comunicar. A crise de imagem, na percepção de comunicadores, por vezes só se apresenta concreta aos assessores quando entendida como prejuízo. É por isso que se deve insistir no direito do público em ficar esclarecido mesmo que não tenha a melhor notícia para dar. Sendo transparente e humano, o prejuízo pode ser menor.

6. Referências bibliográficas

- AMORA, Dimmi; ODILLA, Fernanda. *Arruda afirma que é vítima de "armação"*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 12/02/2010.
- BARBEIRO, Heródoto. *Mídia Training*. Saraiva. São Paulo, 2008.
- BRAGON, Ranier; CORRÊA Hudson; SELIGMAN, Felipe. *Procurador pede intervenção federal no DF*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 12/02/2010.
- BRANDÃO, Elizabeth; CARVALHO, Bruno. *Imagem Corporativa: Marketing da Ilusão*. In: DUARTE Jorge (organizador). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.
- CABRAL, Maria Clara; COUTINHO, Filipe; FERRAZ, Lucas. *Polícia faz mais 21 mandados de busca no DF*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 14/02/2010.
- CABRAL, Maria Clara; COUTINHO Filipe. *Poderes se unem para evitar intervenção federal no DF*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 18/02/2010.
- CABRAL Maria Clara; MATAIS, Andreza. *Filiados do DEM deixam governo; vice é poupado*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 12/02/2010.
- CABRAL, Maria Clara. *Paulo Octávio diz agora que fica até fim do governo*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 20/02/2010.
- CABRAL, Maria Clara; ODILLA, Fernanda. *À espera do STF, Octávio desiste de renúncia*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 19/02/2010.
- CANTANHÊDE, Eliane; FERRAZ, Lucas; PERES, Leandra. *Planalto e STF já articulam intervenção*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 24/02/2010.
- CANTANHÊDE, Eliane. *Procuram-se um pacto e um pato*. In: Folha de São Paulo, Opinião. Brasília: 19/02/2010.
- CANTANHÊDE, Eliane. *Sem saída*. In: Folha de São Paulo, Opinião. Brasília: 16/02/2010.
- CANTANHÊDE, Eliane. *STF só avaliará intervenção no DF em março*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 20/02/2010.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Cem Anos de Assessoria de Imprensa*. In: DUARTE Jorge (organizador). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.
- CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de imprensa: Como fazer*. São Paulo: Summus, 2003.

COUTINHO, Filipe. *Câmara do DF abre processo contra Arruda e Paulo Octávio*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 19/02/2010.

COUTINHO, Filipe; FERRAZ, Lucas; ODILLA Fernanda. *DF paga R\$ 10,4 milhões a empresas de Paulo Octávio*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 16/02/2010.

COUTINHO, Filipe; FERRAZ, Lucas; RAMALHO, Renan. *Majoria diz que irá votar pela cassação*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 19/02/2010.

COUTINHO, Filipe; GAMA, Paulo. *Petista será relator do impeachment de Arruda em comissão*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 23/02/2010.

COUTINHO, Filipe; GUIMARÃES, Larissa; MATAIS, Andreza; ODILLA, Fernanda. *Paulo Octávio renuncia, e DF tem 3º governador em 12 dias*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 24/02/2010.

CRUZ, Valdo. *Planalto quer evitar "desgaste" de intervenção*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 13/02/2010.

CURVELLO, João José Azevedo. *Legitimação das Assessorias de Comunicação nas organizações*. In: DUARTE Jorge (organizador). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.

DUARTE, Jorge. *Assessoria de Imprensa no Brasil*. In: DUARTE Jorge (organizador). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.

DUARTE, Márcia. Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (organizadores). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Editora Atlas. São Paulo, 2005.

FERRAZ, Lucas. *Ministério Público denuncia Arruda por falsidade ideológica*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 20/02/2010.

FERRAZ, Lucas; ODILLA, Fernanda. *PF aperta cerco contra substituto de Arruda*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 15/02/2010.

FILHO, Melchiades. *Política adota lei do silêncio em Brasília*. In: São Paulo, Brasil. Brasília: 12/02/2010.

FLOR, Ana. *Interino procurou consultor e falou de termos de saída*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 19/02/2010.

FORNI, João José. *Comunicação em tempo de crise*. In: DUARTE Jorge

(organizador). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.

LO PRETE, Renata. *A queda 1*. In: Folha de São Paulo, Painei. Brasília: 24/02/2010.

LO PRETE, Renata. *A queda 2*. In: Folha de São Paulo, Painei. Brasília: 24/02/2010.

LO PRETE, Renata. *Cavalo de Pau*. In: Folha de São Paulo, Painei. Brasília: 12/02/2010.

LO PRETE, Renata. *Nem Pensar* In: Folha de São Paulo, Painei. Brasília: 17/02/2010.

LO PRETE, Renata. *Pode ser?*. In: Folha de São Paulo, Painei. Brasília: 17/02/2010.

LO PRETE, Renata. *São os negócios*. In: Folha de São Paulo, Painei. Brasília: 19/02/2010.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da Língua Portuguesa*. Michaelis Online. Melhoramentos: 2009. Acessado em maio de 2010 no domínio: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=crise>

MICHAELIS. *Moderno dicionário da Língua Portuguesa*. Michaelis Online. Melhoramentos: 2009. Acessado em maio de 2010 domínio: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=problema>.

ODILLA, Fernanda. *Governador do DF é preso acusado de tentar suborno*. In: Folha de São Paulo, Folha Corrida. Brasília: 14/02/2010.

REDAÇÃO. *"Nem contra Collor" houve tal medida*. In: Folha de São Paulo, Brasil. São Paulo: 12/02/2010.

REDAÇÃO. *Octávio diz que era "impossível" ficar sem apoio*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 24/02/2010.

RODRIGUES Fernando. *Paulo Octávio diz que "abre mão" de eleição*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 13/02/2010.

ROSA, Mário. *A era do escândalo: Lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

ROSA, Mário. *A Síndrome de Aquiles*. São Paulo: Editora Gente, 2001.

SÁ, Nelson de. *Meia Volta*. In: Folha de São Paulo, Toda mídia. São Paulo: 19/02/2010.

SOUZA, Leonardo. *Evidência contra Arruda é "contundente", diz ministro*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 15/04/2010.

SUCURSAL. *Acusação de suborno leva Arruda à prisão no DF*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 12/02/2010.

SUCURSAL. *DEM adia encontro para decidir sobre expulsão*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 16/02/2010.

SUCURSAL. *Esnobado, Paulo Octávio cogita renúncia*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 18/02/2010.

SUCURSAL. *Indeciso, STF ainda estuda intervenção*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 19/02/2010.

SUCURSAL. *Interino é alvo de pedidos de impeachment*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 13/02/2010.

SUCURSAL. *Visita à sede da PF, onde governador está preso, vira atração de Carnaval*. In: Folha de São Paulo, Brasil. Brasília: 15/02/2010.

8. Anexos

12/02/2010

Íntegra

"Nem contra Collor" houve tal medida

DA REDAÇÃO

Leia a íntegra de carta de Arruda para os funcionários do governo do DF.

★

"Meus amigos do GDF,

No instante em que a campanha difamatória atinge níveis jamais vistos na vida pública brasileira e que as denúncias torpemente preparadas atingem não apenas a mim, como chefe do Executivo eleito pelo voto popular, mas ao governo como um todo e a toda Brasília, pedi licença do cargo que exerço para que, com o vice-governador Paulo Octávio, vocês possam dar seguimento a todas as obras e a todos os projetos que vínhamos executando.

Peço a vocês que não interrompam nenhuma obra e que todas, desde o pequeno asfalto numa rua de uma cidade mais pobre até as grandes obras do sistema viário, as escolas, as Vilas Olímpicas, os postos de saúde (UPAs), enfim, que todas possam seguir em frente e ser concluídas como deseja e merece a nossa população.

Nos momentos mais graves da vida brasileira, como o agosto/54, o impeachment de Collor, e mais recentemente a crise do mensalão do PT [grifo na sigla] ou no governo do Rio Grande do Sul, não se viu medidas coercitivas dessa gravidade.

Ainda ontem meus advogados legalmente constituídos foram ao STJ e propuseram ao relator um depoimento meu, que foi considerado desnecessário. Hoje, essa decisão.

Com muita fé em Deus vou manter o equilíbrio e a serenidade para contribuir não apenas com a total elucidação dos fatos presentes mas também com uma mudança na legislação eleitoral e política brasileira que dá aos vândalos os métodos próprios de sucessivas eleições e aos ingênuos as penas máximas da visão que impera onde o importante não é seguir a lei, mas saber ludibriá-la.

Aos meus amigos pessoais agradeço a solidariedade e dou-lhes a certeza de que vamos superar esse triste episódio, fazendo prevalecer a verdade sobre as armadilhas, as farsas, os golpes baixos da política, sobre as maquinações diabólicas que, mais cedo ou mais tarde, serão desmascaradas. À minha família, Flávia [grifo no nome dela] saberá levar as palavras de amor e serenidade que o momento exige.

Arruda
11.02.10/17h"

12/02/2010

outro lado

Arruda afirma que é vítima de "armação"

FERNANDA ODILLA

DIMMI AMORA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Antes de se apresentar à Polícia Federal, o governador José Roberto Arruda escreveu uma carta de seis páginas lamentando a "campanha difamatória" contra ele e mandou mensagem à Câmara do Distrito Federal se licenciando do cargo "pelo tempo que durar essa medida coercitiva".

Assim, enquanto Arruda estiver preso, assume o vice, Paulo Octávio (DEM), também investigado no esquema de corrupção. No texto escrito à mão, Arruda diz que pediu licença para que Paulo Octávio possa dar "seguimento a todas as obras".

Arruda cita graves momentos da história política brasileira, como o impeachment do ex-presidente Fernando Collor e as recentes crises do mensalão e no governo tucano do Rio Grande do Sul, para criticar o mandado de prisão contra ele e os cinco aliados investigados na tentativa de suborno.

Na mensagem, Arruda reclamou ainda que lhe foi negado o pedido de depor à Justiça para, segundo ele, por fim à série de "armadilhas, armações, flagrantes pré-fabricados, denúncias politicamente bem elaboradas" para ele não disputar as eleições deste ano.

Arruda foi preso repetindo ter sido vítima de armação do grupo que atacou os cofres públicos antes de ele assumir o Executivo. Ele se refere a Durval Barbosa, delator do esquema, que antes de ser secretário de Arruda foi diretor de empresa na gestão de Joaquim Roriz (PSC) entre 1998 e 2006. "Estou consciente de que desarme uma quadrilha que se locupletava de dinheiro público há muitos anos, e que agora volta-se contra mim de maneira torpe para confundir a opinião pública, confundir as autoridades e tramar a minha saída", diz a mensagem.

O presidente da Câmara do DF, deputado Wilson Lima (PR), afirmou que convocou para hoje reunião com os deputados distritais e o governador em exercício, Paulo Octávio. Como Arruda pediu o afastamento, Paulo Octávio assumiu imediatamente. Ele, que estava embarcando ontem para Nova York, pegou um avião em São Paulo à tarde para voltar à capital federal. Segundo sua assessoria, iria avaliar com advogados se vai reagir na Justiça ao pedido de intervenção federal.

A oposição se prepara para pedir o afastamento de todos os envolvidos, inclusive do vice e dos deputados investigados. "Arruda está fora de si. A carta é de alguém que quer continuar a qualquer custo no poder", disse o líder do PT, Paulo Tadeu.

A Folha procurou as demais pessoas que tiveram a prisão decretada por envolvimento na suposta tentativa de suborno. O suplente de deputado distrital Geraldo Naves (DEM), Weligton Moraes, ex-assessor de Comunicação, e Haroaldo Carvalho, ex-diretor da CEB (Companhia Energética de Brasília), não ligaram de volta. A reportagem não localizou Rodrigo Arantes, sobrinho do governador. O advogado de Antônio Bento da Silva, preso entregando propina a testemunha no ano passado, estava com o celular desligado.

12/02/2010

Filiados do DEM deixam governo; vice é poupado

MARIA CLARA CABRAL

ANDREZA MATAIS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Minutos depois de a Justiça determinar a prisão do governador José Roberto Arruda, a Executiva Nacional do DEM determinou que todos os seus filiados deixassem os cargos no governo do Distrito Federal. O partido, porém, poupou o vice-governador Paulo Octávio.

De acordo com o presidente nacional da legenda, deputado federal Rodrigo Maia (RJ), a situação do vice é diferente porque ele foi eleito pela população e não indicado por Arruda. "Com o que apareceu até agora avaliamos que não temos nada contra; se tiver daqui para frente, é outra circunstância." O líder do partido na Câmara, deputado Paulo Bornhausen (SC), alega que nenhuma representação contra o vice foi apresentada internamente, e por isso o partido não tem como tomar nenhuma decisão. Já o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) voltou a dizer ontem que vai pedir intervenção no Diretório Estadual da legenda, cujo presidente é o próprio Paulo Octávio. "Todo o diretório tem que ser dissolvido e se ele preferir não ir adiante no governo, pelo fato de ele ter apoiado o governo Arruda, é sinal de que ele está intranquilo."

Paulo Octávio também foi citado como beneficiário das supostas propinas do mensalão. Ele nega envolvimento. Além de poupar Paulo Octávio, lideranças do DEM se apressaram para tentar evitar mais desgastes para a sigla. O líder do partido no Senado, José Agripino Maia (RN), foi ao plenário para dizer que o governador foi "defenestrado" assim que as imagens dele recebendo dinheiro foram divulgadas. A prisão de Arruda também repercutiu negativamente no PSDB, principal aliado do DEM. O líder tucano na Câmara, João Almeida (BA), praticamente descartou uma aliança com os companheiros no DF. Para ele, o DEM está sem condições de liderar um processo eleitoral.

"Ainda temos tempo de fazer mudanças na aliança local, mesmo com o Paulo Octávio permanecendo no cargo."

Demais lideranças políticas classificaram a prisão de Arruda como "positiva". A senadora Marina Silva (PV-AC), pré-candidata à Presidência, disse que "a sociedade brasileira espera que haja punição para os casos de desvio, corrupção e abuso de poder envolvendo políticos". O mesmo considerou Pedro Simon (PMDB-RS). "Só se prendia no Brasil ladrão de galinha."

Dos senadores de Brasília, só Adelmir Santana (DEM) se manifestou. "O pedido de prisão deveria ter partido do Legislativo local. [A decisão] abriu um precedente extremamente perigoso com relação à interpretação da Constituição."

12/02/2010

CRISE CAPITAL

Procurador pede intervenção federal no DF

Para Roberto Gurgel, autor do pedido ao STF, esquema de corrupção envolve aliados do governador e parlamentares

Caso o Supremo autorize a intervenção, caberá a Lula decidir se adotará a medida ou não, nomear interventor e editar decreto com regras

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após conseguir autorização no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para prender o governador José Roberto Arruda (sem partido), o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, entrou no STF (Supremo Tribunal Federal) com um pedido de intervenção federal no governo do Distrito Federal. O ministro Gilmar Mendes pediu ao governo do DF que se defenda da possível intervenção num prazo de cinco dias.

O argumento para o pedido é que o esquema de corrupção envolve diretamente aliados do governador no Executivo, além de parlamentares da Câmara Legislativa do DF. "Temos no Executivo uma verdadeira organização criminosa encastelada no governo, com indícios de um esquema criminoso de apropriação de recursos públicos", disse Gurgel ontem. Ele afirma que Arruda, mesmo depois do escândalo revelado, continuou atuando "criminosamente" e que a Câmara do DF "não tem condições" para governar e julgar Arruda. "O governador demonstra que o andamento das investigações não impediram que ele continue a atuar criminosamente." Para Gurgel, "é evidente e não há nenhuma dúvida de que Arruda é o mandante" da tentativa de subornar testemunha.

A Constituição tem como um dos princípios fundamentais a não intervenção nos Estados, no DF ou nos municípios, mas estabelece exceções, previstas nos artigos 34 a 36. Há sete justificativas constitucionais para intervenção, o que nunca aconteceu à luz da Carta de 1988. Até o fechamento desta edição, a Procuradoria não havia divulgado o argumento apresentado. Constitucionalistas ouvidos pela Folha disseram que duas razões que poderiam

se enquadrar no atual caso são as relativas a um "grave comprometimento da ordem pública" e à ausência de "prestação de contas da administração pública". "Considero adequada a medida para se sanar todas as irregularidades e se passar a limpo o que tem ocorrido no DF", afirma Flávio Pansieri, presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional.

Alguns constitucionalistas, porém, disseram que no atual episódio não haveria razão para impedir a posse do vice-governador, Paulo Octávio (DEM), já que, embora investigado, não há pedido de prisão ou afastamento contra ele. E mesmo se houvesse, há uma linha sucessória que inclui o presidente da Câmara Legislativa e o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Caso o STF autorize a intervenção, cabe a Lula decidir se adotará a medida ou não. Se resolver adotá-la, ele nomeará um interventor e editará decreto "que especificará amplitude, prazo e condições" do ato. Dependendo do argumento, a medida tem que ser submetida em até 24 horas ao Congresso. Finda a intervenção, os afastados por ela podem retomar seus cargos, "salvo impedimento legal". **(FELIPE SELIGMAN, HUDSON CORRÊA e RANIER BRAGON)**

12/02/2010

ANÁLISE

Política adota lei do silêncio em Brasília

MELCHIADES FILHO

DIRETOR-EXECUTIVO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O mensalão devastou o cenário político em Brasília, mas curiosamente ninguém tentou tirar proveito do vácuo de poder. Se José Roberto Arruda fingia que governava até ser preso, os oponentes, os aliados até aqui não abatidos pelo escândalo e todos os pré-candidatos ao governo fingiam (e continuam fingindo) que não existem. O motivo? Mesmo quem aparentemente não tem nada a ver com o propinoduto se assustou. Não se sabe até onde o Panetonegate pode crescer nem o que há no arsenal de grampos, vídeos e papéis ainda não divulgados pelo delator-chefe Durval Barbosa.

Antecessor de Arruda e líder nas pesquisas, Joaquim Roriz (PSC), por exemplo, não fala em público desde que explodiram denúncias de suborno e do uso do dinheiro para compra de apoio político. Talvez porque seja mesmo o mentor de Durval. Talvez porque saiba que a máquina de corrupção agora desbaratada foi instalada na verdade em seu governo e por isso tema um dossiê do contragolpe, dado como certo no submundinho dos arapongas.

Cristovam Buarque, outro ex-governador, desautorizou quem pensou em lançá-lo como "saída ética" a essa confusão. Rapidinho avisou que buscará a reeleição ao Senado, que não quer mais saber do Executivo. Seu partido, o PDT, desistiu de tentar o governo.

Até ontem arranhado lateralmente pela investigação da PF, o vice-governador Paulo Octávio já havia diminuído as atividades políticas e administrativas de seu gabinete, se afastado informalmente da direção nacional do DEM e insinuado que, no máximo, aceitará um dia voltar ao Legislativo.

O PT, o que mais podia lucrar fustigando Arruda, pois na capital faz oposição ao governo, conteve os ânimos e freou a candidatura de Agnelo Queiroz -o ex-ministro viu as fitas de Durval semanas antes de serem divulgadas pela imprensa e, apesar da gravidade do conteúdo, nada fez. O partido, para variar, espera ordens de Lula.

Nomes conhecidos pelo bom trânsito na máquina distrital e pelo interesse de emergir como opção em outubro, os deputados federais Tadeu Filipelli (PMDB) e Rodrigo Rollemberg (PSB) e o senador Gim Argello (PTB) também congelaram em pleno voo como o beija-flor que dá nome à escola de samba que, desafortunada, escolheu a capital como tema do desfile da madrugada de segunda-feira.

12/02/2010

CRISE CAPITAL

Acusação de suborno leva Arruda à prisão no DF

Procuradoria pede que União intervenha no governo do DF

Governador se entrega à PF e diz sofrer campanha difamatória

Roberto Stuckert Filho/Ag. O Globo



O governador afastado do DF, José Roberto Arruda, na chegada à sede da PF em Brasília, após ter a prisão decretada pelo STJ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após dois meses de uma aguda crise política, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (sem partido), foi preso e afastado de suas funções ontem por determinação do Superior Tribunal de Justiça. É a primeira vez que um governador tem a prisão decretada em decorrência de um escândalo de corrupção após a redemocratização do país. Ao mesmo tempo, a Procuradoria-Geral da República requisitou a intervenção da União no DF. A prisão vem na esteira da investigação do

chamado mensalão do DEM, em que Arruda, o vice-governador, Paulo Octávio (DEM), políticos e empresários são investigados sob acusação de caixa dois e distribuição de propina. A prisão decorreu da denúncia de que Arruda tentou subornar uma testemunha do caso. O governador, que sempre negou todas as acusações, afirma que não houve a suposta tentativa. Em carta, Arruda diz ser vítima de campanha difamatória. Ele se entregou e ficará preso na sede da Polícia Federal. Seus advogados entraram com um pedido de habeas corpus.

12/02/2010

Painel

RENATA LO PRETE - painel@uol.com.br

Cavalo de pau

Pouco antes de o STJ determinar a prisão de José Roberto Arruda, estava em curso no Distrito Federal uma operação para fazer o vice, Paulo Octávio, submergir. Com uma série de denúncias nas costas, o empresário fora orientado tanto por políticos quanto por advogados a se manter longe do epicentro da crise. Tinha viagem marcada para os EUA. A saída do governador por via judicial mudou o plano. Pesou na decisão de "PO" a ideia de que a renúncia seria uma espécie de confissão de seu envolvimento no escândalo. Além disso, a perspectiva de uma eventual intervenção federal pode encurtar sua permanência no cargo, aliviando as pressões.

13/02/2010

Planalto quer evitar "desgaste" de intervenção

Avaliação é que governo federal teria de responder por crise de administração sobre a qual não tem responsabilidade

Paulo Octávio, governador interino do DF e contrário à intervenção federal, diz que "não há crise institucional, o governo está funcionando"

VALDO CRUZ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto avalia que politicamente a intervenção no Distrito Federal será um "desgaste" num ano eleitoral e vai tentar evitá-la. Sabe, porém, que as circunstâncias podem torná-la inevitável. O governo já acionou até mesmo ministros com acesso ao Supremo

Tribunal Federal para iniciar negociações visando evitar a decretação de intervenção no governo do DF, cujo pedido já foi feito pela Procuradoria-Geral da República.

O ministro Nelson Jobim (Defesa), ex-presidente do STF, será um dos principais interlocutores do governo por sua proximidade com o atual presidente, Gilmar Mendes. Além dele, também foi acionado o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, para contatar outros ministros, como José Antônio Dias Toffoli. A estratégia foi discutida ontem em reunião entre os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Luiz Paulo Barreto (Justiça). Na avaliação do governo, a intervenção seria "um grande pepino" num ano eleitoral, colocando sob responsabilidade federal uma gestão totalmente contaminada e quase fora de controle. Uma crise que, por enquanto, tem desgastado exatamente um adversário na disputa presidencial deste ano, o Democratas, partido aliado do pré-candidato tucano José Serra. O receio presidencial é que a intervenção acabe sendo inevitável caso o governador interino, Paulo Octávio, não consiga se firmar no cargo e seja obrigado a se afastar também. A volta de José Roberto Arruda, preso desde a última quinta-feira, é considerada improvável. Nesse caso, a estratégia será fazer uma negociação institucional com o STF para que a decisão seja tomada depois de montada e negociada a operação de escolha do futuro interventor. O governo acredita que haja tempo para isso, já que o plenário do Supremo deve analisar o caso entre o final de fevereiro e o início de março.

Dentro do STF ainda não há um consenso sobre o assunto. Alguns ministros avaliam que, tecnicamente, o pedido de intervenção do Ministério Público deve ser acatado, porque Arruda feriu o princípio republicano da responsabilidade pessoal ao supostamente tentar interferir nas investigações. Outros não concordam com essa tese. Para eles, a quebra do princípio republicano, alegado pela Procuradoria-Geral da República, só caberia se Arruda estivesse adotando posições semelhantes às de um monarca.

Há, porém, um entendimento quase consensual de que esse será um tema que demandará uma negociação institucional entre os três Poderes antes de se tomar qualquer decisão. Por enquanto, o governo avalia que seu desempenho no episódio foi bem-sucedido. A prisão de Arruda pela Polícia Federal foi discreta e evitou causar constrangimentos.

Interino

No seu segundo dia como governador interino, Paulo Octávio (DEM) tentou passar uma impressão de normalidade, o que dispensaria uma intervenção. "Não há crise institucional, o governo está funcionando", afirmou o assessor do Executivo André Duda, dizendo falar em nome do Palácio do Buriti. Octávio se reuniu com secretários. Teria discutido a argumentação que o governo apresentará contra a intervenção. Após o almoço, visitou o presidente do Tribunal de Justiça, Nívio Geraldo Gonçalves.

Assessores de Octávio disseram que teria havido consenso de que a intervenção é prejudicial para o DF e para a democracia. A assessoria do TJ, porém, disse que o presidente do tribunal não manifestou juízo de valor sobre o caso, afirmando apenas, de forma genérica, que é uma situação séria haver casos que exijam intervenção.

13/02/2010

Interino é alvo de pedidos de impeachment

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Quatro entidades entraram ontem com pedidos de impeachment contra o governador interino do Distrito Federal, Paulo Octávio (DEM), que assumiu o cargo anteontem após a prisão de José Arruda (sem partido). Paulo Octávio, dono de uma das maiores empreiteiras de Brasília, era vice de Arruda e é investigado como um dos beneficiários do mensalão do DEM. Segundo o delator do esquema, Durval Barbosa, Paulo Octávio recebia 30% das propinas e Arruda, 40%. Ambos negam.

Os pedidos vieram da OAB-DF e de rivais políticos: PT, PSB e CUT. A Câmara Legislativa do DF, controlada por aliados de Arruda, não tem prazo para julgar o impeachment. Segundo o presidente da OAB-DF, Francisco Caputo, Octávio não tem condições de assumir o governo.

O PT, mais uma vez, cobrou o afastamento dos envolvidos no mensalão do DEM. O presidente do PT distrital, Roberto Policarpo, disse que a situação é diferente de quando estourou o mensalão do PT. "São processos diferentes. Não existe comprovação do mensalão [do PT] e não existem os vídeos." Na Câmara, só após a prisão de Arruda os deputados deram sinais de que vão investigar o mensalão do DEM prometeram aprovar a admissibilidade do impeachment na próxima semana.

13/02/2010

CRISE CAPITAL

Paulo Octávio diz que "abre mão" de eleição

Por governabilidade, interino no DF demite secretários de Arruda, promete buscar apoio para gerir cidade e diz que pedirá ajuda a Lula

Sobre prisão de Arruda, Paulo Octávio diz que "não pode prejulgá-lo"; "acho que ele não teve participação, pelo que vi de longe", afirma

FERNANDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governador interino de Brasília, Paulo Octávio (DEM), está em situação precária do ponto de vista político, mas assumiu ontem suas funções como se estivesse disposto a ficar até o final do mandato. Pediu a todos os secretários que entregassem os cargos. Paulo Octávio, que hoje completa 60 anos e vive há 49 anos na cidade, licenciou-se ontem da presidência do Democratas em Brasília. Disse que vai buscar "um amplo leque de apoiantes" para "terminar o governo neste ano de 2010". Afirmou, para isso, "abrir mão" da eleição em outubro. Até a tarde de ontem, ele não havia ainda falado com o governador afastado, José Roberto Arruda.



FOLHA - Qual a sua expectativa ao assumir interinamente?

PAULO OCTÁVIO - Estou assumindo numa condição que eu nunca sonhei. Nos meus 20 anos de vida pública eu aspirei a ser governador de Brasília. Fui deputado federal duas vezes. Fui senador. Tinha que trilhar o caminho de ser governador. Quando disputei a indicação do Democratas com o Arruda, em 2006, o partido sugeriu que eu fosse candidato a vice uma vez para eu ser candidato ao governo em 2010.

FOLHA - Mas tudo estava caminhando para Arruda ser o candidato neste ano, não?

PAULO OCTÁVIO - O governo estava muito bem avaliado, com 90% de aprovação.

FOLHA - O sr. seria candidato?

PAULO OCTÁVIO - Poderia continuar vice ou [me candidatar] a senador. Não tinha definido.

FOLHA - E na conjuntura atual?

PAULO OCTÁVIO - É um momento muito crítico da cidade. Resolvi abrir mão da minha candidatura. Não serei candidato a nada. Abdico da minha vida pública em prol da governabilidade. Acho que temos de estar juntos. Pedi um encontro com o presidente Lula. Quero compartilhar essa responsabilidade. Brasília é hospedeira do governo federal. Vou dizer: "Preciso de apoio". Se vamos buscar a governabilidade, é importante buscar entendimento com o governo federal e os partidos. Temos os festejos de 50 anos de Brasília, que estão perto.

FOLHA - O sr. está ciente de que pode haver, a qualquer momento, uma intervenção federal?

PAULO OCTÁVIO - O que a Justiça decidir será acatado.

FOLHA - O procurador-geral da República disse que há no governo em Brasília uma "organização criminosa". O sr. concorda?

PAULO OCTÁVIO - Acho que o governo é formado por milhares de pessoas. Há servidores públicos de longa data. Eu ouvi muitos aborrecidos.

FOLHA - Mas acho que o procurador se referia ao governador e a assessores mais próximos...

PAULO OCTÁVIO - Vou pedir que os secretários coloquem os cargos à disposição para construir uma nova estrutura de governo. Alguns já formalizaram. É só para ter o conforto de fazer ajustes. Alguns podem ficar. O habeas corpus não foi concedido, e pode ser que o governador volte. Tenho que trabalhar para que Brasília não pare.

FOLHA - O sr. conversou com o governador Arruda depois que ele foi preso para dizer que iria refazer o secretariado?

PAULO OCTÁVIO - Não tive oportunidade. Não estive com ele ontem nem hoje.

FOLHA - O Democratas pediu que todos os filiados ao partido deixem o governo de Brasília. O sr. não estaria sendo abandonado pela sigla?

PAULO OCTÁVIO - A nota se referia ao governo Arruda. Foi antes de eu assumir.

FOLHA - Mas o DEM vai dar apoio ao sr.?

PAULO OCTÁVIO - Não preciso ser um governador amparado só por um partido, mas de um amplo leque para que a gente possa terminar o governo neste ano de 2010.

FOLHA - Durval Barbosa, num depoimento em dezembro, diz ter levado dinheiro pessoalmente, no hotel Kubitschek Plaza. O sr. tomou conhecimento desse depoimento?

PAULO OCTÁVIO - Tenho um escritório político no hotel. Tive encontros com secretários, como é natural. Mas não houve isso. As questões judiciais do processo vamos responder quando formos chamados.

FOLHA - Por que Durval teria feito essa afirmação?

PAULO OCTÁVIO - [silêncio]

FOLHA - Durval também faz anotações. Coloca seu nome e o percentual 30% ao lado.

PAULO OCTÁVIO - [silêncio]

FOLHA - O policial Marcelo Toledo aparece em vídeo perguntando sobre dinheiro de Paulo Octávio a prefeitos. O sr. sabe a que ele se referia?

PAULO OCTÁVIO - O Marcelo Toledo foi candidato a deputado distrital na última eleição. Conheci o Marcelo na última eleição e, se não me engano, ele pergunta sobre pesquisas.

FOLHA - Não houve relação financeira entre o sr. e ele?

PAULO OCTÁVIO - Não.

FOLHA - Marcelo Carvalho apareceu nos vídeos com Durval... PAULO OCTÁVIO - Cada um responde por seus atos.

FOLHA - Marcelo Carvalho ainda trabalha com o sr.?

PAULO OCTÁVIO - O Marcelo Carvalho trabalha comigo.

FOLHA - Não seria o caso de afastá-lo enquanto responde sobre o caso?

PAULO OCTÁVIO - Ele foi afastado de uma função principal, mas ele continua trabalhando.

FOLHA - Mas mesmo agora que o sr. assumiu o governo?

PAULO OCTÁVIO - É um processo judicial e ele vai responder.

FOLHA - Partidos e entidades estão pedindo formalmente seu impeachment na Câmara.

Como o sr. reage?

PAULO OCTÁVIO - Acho estranho porque não assinei nenhum ato como governador. Esses processos são muito desagradáveis, tumultuam. Mas creio que do ponto de vista técnico e jurídico não serão aceitos.

FOLHA - O sr. era vice, acompanhou o governo de perto. O sr. acha que Arruda é inocente?

PAULO OCTÁVIO - O interessante é que o vídeo mostrado foi gravado na eleição de 2006. Ele não era governador.

FOLHA - Mas nas operações de busca da PF...

PAULO OCTÁVIO - Mas aí eu não tenho conhecimento.

FOLHA - Mas pense no senso comum. O leitor vai perguntar: será que o vice não viu nada?

PAULO OCTÁVIO - Não tenho conhecimento.

FOLHA - E sobre a prisão de Arruda. O sr. conviveu com ele intensamente. Ele obstruiu a Justiça?

PAULO OCTÁVIO - A história ainda me parece nebulosa.

FOLHA - Mas o que sr. acha?

PAULO OCTÁVIO - Não acredito que tenha tido essa intenção. Não posso prejudicar. Eu acho que ele não teve participação... Pelo que vi de longe.

14/02/2010

Governador do DF é preso acusado de tentar suborno

FERNANDA ODILLA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No centro do escândalo de corrupção do Distrito Federal, o governador José Roberto Arruda foi detido e afastado de suas funções na semana que passou. Após ter um pedido de

liberdade negado pelo Supremo Tribunal Federal, Arruda, ex-filiado do DEM, deve passar o Carnaval numa sala de 40 m2 da Polícia Federal em Brasília. É a primeira vez desde a redemocratização que um governador no exercício do cargo é preso por crimes de corrupção.

A detenção vem na esteira da Operação Caixa de Pandora, deflagrada em novembro para apurar formação de caixa dois para a campanha que elegeu Arruda, em 2006, além de coleta e distribuição de propina para o governador e aliados. Apesar de Arruda ser suspeito de comandar o esquema, foi a tentativa de cooptar uma testemunha que fez a Justiça declarar a prisão do governador. Outras cinco pessoas, acusadas de participar da negociação e entrega de R\$ 1 milhão à testemunha, também foram presas.

Arruda nega as acusações. Se diz vítima de uma armação e reclamou que, nem no mensalão do PT, "houve medidas coercitivas dessa gravidade". O vice Paulo Octávio (DEM), também investigado e já alvo de pedidos de impeachment, assumiu o governo do DF.

Há dois meses o Distrito Federal é bombardeado com cenas de corrupção explícita. Além do governador afastado, filmado recebendo dinheiro, deputados e empresários foram flagrados guardando notas em meias, bolsos e até cuecas.

A crise mudou o cenário eleitoral do DF e atingiu a costura da aliança nacional entre DEM e PSDB para a eleição presidencial deste ano. Os tucanos já tentam acordo com o principal adversário de Arruda, Joaquim Roriz, do PSC.

Apontado pelos aliados de Arruda como o mentor do escândalo, Roriz não se pronunciou sobre a prisão. Na última vez em que falou sobre a crise, em dezembro, disse: "Arruda foi meu secretário e hoje é o maior bandido da cidade".

14/02/2010

Polícia faz mais 21 mandados de busca no DF

Equipes da PF estiveram na casa de aliado de Paulo Octávio, governador interino, e na sede administrativa do governo

Além de computadores, foram recolhidos dinheiro e documentos; Paulo Octávio deve se encontrar com o presidente Lula na quarta

**FILIPE COUTINHO
LUCAS FERRAZ
MARIA CLARA CABRAL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Em mais um desdobramento das investigações do mensalão do DEM, a Polícia Federal cumpriu ontem 21 mandados de busca e apreensão em órgãos do governo do Distrito Federal e nas casas de envolvidos no escândalo, entre elas a de um aliado do governador interino, Paulo Octávio (DEM).

Quinze equipes da PF cumpriram os mandados em nove órgãos públicos, incluindo a sede administrativa do governo do DF, além de 12 casas de membros do Executivo e aliados, como é o caso do ex-policial Marcelo Toledo, próximo de Paulo Octávio.

Toledo foi flagrado em vídeo na investigação da Operação Caixa de Pandora perguntando sobre dinheiro para o então vice-governador -que nega ter relação financeira com ele. O advogado do ex-policia, Raul Livino, afirmou que a PF não recolheu nada na casa de seu cliente. Um agente federal que participou da ação disse à **Folha** que nenhum mandado de busca e apreensão foi cumprido na casa de Paulo Octávio.

As buscas foram realizadas ontem porque a autorização para cumpri-las só foi expedida pelo Superior Tribunal de Justiça na noite de sexta-feira. Além de computadores, a PF recolheu documentos e dinheiro achado na casa de um dos investigados -segundo o órgão, foram recolhidos R\$ 1.000 e US\$ 2.600. Ninguém foi preso. A ação, coordenada pelo delegado Alfredo Junqueira, diz respeito ao inquérito da Caixa de Pandora, não tendo relação com a prisão preventiva de José Roberto Arruda, detido por suposta tentativa de suborno de testemunha da investigação.

O governador afastado, detido no prédio do Instituto Nacional de Criminalística, da PF, recebeu a visita da mulher, Flávia (que montou um esquema para despistar a imprensa), e do advogado José Gerardo Grossi. Grossi relatou que Arruda está "naturalmente abatido". Ele não tomou banho de sol nem pediu visita íntima. Todos os dias, é examinado por um médico, pela manhã e à tarde. Segundo Grossi, a defesa estuda outra alternativa, além do pedido de habeas corpus, a ser julgado no Supremo Tribunal Federal, para libertar Arruda.

Paulo Octávio

Em uma estratégia para se manter como governador interino, Paulo Octávio tenta costurar apoio dos partidos locais, concedendo cargos na administração. Ele pediu que os secretários que trabalharam com Arruda coloquem os cargos à disposição e que as pastas divulguem as contas na internet. "É o momento de ter outros políticos, outros partidos fazendo parte do governo", disse.

Paulo Octávio também confirmou que deve se reunir com Lula, na próxima quarta, para pedir apoio contra uma intervenção federal. No mesmo dia, ele tem reunião agendada com lideranças de 12 partidos.

O interino disse ainda que não descarta renunciar caso isso sirva para "ajudar a cidade". Sobre os quatro pedidos de impeachment contra ele na Câmara Legislativa, afirmou ser alvo de "uma briga política". Investigado como um dos beneficiários do mensalão, ele sofre pressões dentro do DEM e já foi forçado a deixar a presidência da legenda na capital.

15/02/2010

ENTREVISTA DA 2ª

MARCO AURÉLIO MELLO

Evidência contra Arruda é "contudente", diz ministro

Para integrante do STF, impunidade leva ao menosprezo de regras caras à sociedade

O MINISTRO do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, 63, ratificou uma decisão histórica na sexta-feira, ao negar habeas corpus ao governador afastado do DF, José Roberto Arruda (s/partido), preso preventivamente desde quinta-feira por determinação do Superior Tribunal de Justiça. É o primeiro caso no país de um governador detido por corrupção durante o mandato.

O mérito da ação, cujo relator é Marco Aurélio, deverá ser julgado pela 1ª Turma (cinco magistrados, incluindo o próprio ministro) ou pelo plenário do Supremo nos próximos dias. Se o habeas corpus for negado, caberá ao STJ a manutenção ou não da prisão de Arruda, investigado pelo mensalão do DEM.

Em entrevista à **Folha**, Marco Aurélio antecipou seu voto: vai se manifestar novamente contra a concessão imediata do habeas corpus. Por ele, Arruda passará mais tempo na cadeia. Não há prazo para a prisão preventiva. A medida só é suspensa quando a Justiça entende não haver mais riscos de o alvo do inquérito atrapalhar as investigações.

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Para Marco Aurélio Mello, os elementos contra Arruda são "contundentes", não há como surgir fatos novos e é uma "extravagância" dos advogados do governador falar em cerceamento do direito de defesa. O ministro falou de sua casa, no sábado à noite, por telefone.



FOLHA - Por que o sr. negou o habeas corpus ao governador Arruda?

MARCO AURÉLIO MELLO - A base da decisão do STJ foi única. Ele [Arruda] tentou e os demais envolvidos que tiveram a prisão preventiva decretada também tentaram interferir na instrução criminal. Teria, portanto, praticado o crime de corrupção de testemunha e o crime de falsidade ideológica, que são crimes contra a administração da Justiça. Isso é base para a [prisão] preventiva, teor da legislação processual.

FOLHA - Foi uma decisão muito clara para o sr.?

MARCO AURÉLIO - Muito, muito clara. Se pegarmos meus precedentes na turma [do STF], o que não admito é que se parta para o campo da presunção do excepcional, que a pessoa tendo prestígio influenciará a instrução do processo ou obstaculizará a investigação. Tenho votado não admitindo isso. Agora, toda vez que há ato concreto do envolvido que repercute na instrução criminal, eu tenho me pronunciado no sentido da validade da prisão. Foi o que ocorreu nesse caso. A fita do flagrante é bem explícita e também os depoimentos colhidos quanto a essa tentativa.

FOLHA - Foi o caso mais grave dessa natureza com o qual o sr. já teve de lidar?

MARCO AURÉLIO - Olha, há muitos anos eu lido com processos no Supremo, são 20 anos agora em junho [no STF], 31 anos no Judiciário. Evidentemente, nada me surpreende mais. Agora, nesse caso o que verificamos foi o envolvimento direto, o que é lamentável, de um governador praticando um ato que estaria totalmente à margem da ordem jurídica. Sabemos que o exemplo vem de cima. Evidentemente essa não é uma postura que se aguarde de quem está na chefia do Executivo estadual.

FOLHA - Esse caso terá um efeito pedagógico para governantes?

MARCO AURÉLIO - A impunidade leva à irresponsabilidade, ao menosprezo pelo que está estabelecido, às regras tão caras à vida em sociedade. Toda vez que alguém é surpreendido num desvio de conduta, esse fato serve de exemplo e serve de alerta aos demais cidadãos, para que busquem a postura que se aguarda do homem médio, para que mantenham os freios

inibitórios rígidos. Nós estamos, como disse na decisão, numa quadra alvissareira. De um lado, temos o abandono de princípios, a perda de parâmetros, a inversão de valores, o dito passa pelo não dito, o certo pelo errado e vice-versa. De outro, as mazelas não são mais passíveis de serem escamoteadas. Elas afloram e aí as instituições pátrias funcionam, a polícia, o Ministério Público e o Judiciário. Isso sinaliza dias melhores para o Brasil em termos de apego às regras.

FOLHA - A decisão final do habeas corpus será dada pela 1ª Turma ou pelo plenário do STF?

MARCO AURÉLIO - O relator, é claro, pode afetar qualquer processo de competência da turma ao plenário, que é o órgão maior. De início, quando falamos em Supremo, imaginamos um órgão único atuando. Mas o Supremo está dividido em turmas. Portanto, com a racionalização dos trabalhos, há maior produção em termos de julgamento. De início, eu levo à turma. Agora, qualquer um dos integrantes pode propor o deslocamento. Quando um colega propõe o deslocamento para o plenário, adiro imediatamente.

FOLHA - Eu vejo que o sr. está com os argumentos muito objetivos.

MARCO AURÉLIO - Os fatos são muito claros e precisos. Os elementos coligidos são contundentes. A Polícia Federal fez um trabalho belíssimo.

FOLHA - Ou seja, podemos esperar que o sr. mantenha o seu voto na decisão final do habeas corpus?

MARCO AURÉLIO - Não há a menor dúvida, eu praticamente... Claro que eu não esgotei o que eu poderia evocar em termos do que se contém nos depoimentos. Mas o que eu lancei já serve em termos até de um voto futuro. E não há como surgir fato novo, já que a prisão implementada pelo Superior Tribunal de Justiça se baseou no que até então tinha sido apurado.

FOLHA - Os advogados alegam que foi cerceado ao governador o direito de defesa, que até agora ele não pôde nem sequer se manifestar.

MARCO AURÉLIO - Imagina, isso aí eu acho até que é de uma extravagância maior. Será que o STJ teria que consultar a defesa para saber se poderia ou não prender os envolvidos ante até mesmo o flagrante verificado? Não houve julgamento, o que houve foi uma medida precária, efêmera, que é a prisão preventiva. A partir do ato de constrição, que é a custódia, que é a perda da liberdade, abre-se campo para a defesa. A defesa se faz após a prisão e não antes.

FOLHA - Seria uma manobra dos advogados para tentar tumultuar?

MARCO AURÉLIO - Não, não, eu não compreendo dessa forma. Eles estão no exercício do ônus público, estão tentando defender os clientes. Evidentemente evocam, e a criatividade do homem não tem limite.

FOLHA - O sr. concorda com uma intervenção federal no governo do DF, como solicitada pela Procuradoria-Geral da República?

MARCO AURÉLIO - É um tema complexo. A intervenção é um ato extremo, precisamos refletir a respeito. O que o procurador-geral aponta é que, se afastado o vice-governador [Paulo Octávio], que teria envolvimento no que está sendo apurado, partiríamos então para a substituição da cadeira de governador. Assim, ter-se-ia a substituição pelo presidente da Câmara e, não podendo este assumir, pelo presidente do Tribunal de Justiça. Acontece que, logo depois, ele está compelido a convocar eleições indiretas. Realizadas por que colegiado? Pela Câmara Distrital. O que aponta o procurador-geral é que a Câmara está hoje composta por correligionários e aliados do governador. Haveria, portanto, um círculo vicioso. Isso é o que temos que refletir, se no caso cabe ou não concluir se há a necessidade de uma intervenção. Agora, claro que a intervenção federal não é desejável. Tem um efeito pedagógico muito forte, para revelar que estamos vivendo uma época em que não dá mais para se ficar na vala comum do faz-de-conta.

FOLHA - Não seria, então, mais produtivo haver a intervenção?

MARCO AURÉLIO - Precisamos sopesar se é melhor para a sociedade, principalmente a brasiliense, se é melhor em termos de atuação profilática. Isso é que nós teremos que refletir,

vamos aguardar um pouco mais, ouvir o próprio Distrito Federal, o que se vai apontar, e também ouvir o relatório e o voto do ministro Gilmar Mendes, já que no caso de intervenção funciona como relator o próprio presidente do STF.

FOLHA - Quais outros crimes poderiam também ser imputados ao governador Arruda?

MARCO AURÉLIO - Evidentemente, nós temos aquele inquérito em andamento, mas já há notícias, inclusive nessa inicial da intervenção, que se teria apresentado denúncia considerados esses dois últimos crimes relativos ao flagrante, ou seja, a corrupção de testemunha e a falsidade ideológica.

FOLHA - A prisão preventiva se deu pelas tentativas de obstrução da investigação. Em relação às suspeitas de corrupção, o sr. também considera as provas muito fortes contra o governador?

MARCO AURÉLIO - Eu não tive a oportunidade de examinar os autos do inquérito. Agora, pelo que eu acompanho no dia a dia da grande imprensa, o quadro é realmente de gerar perplexidade no que se teria a documentação mediante vídeos da corrupção. E é lamentável que isso tenha ocorrido justamente na capital da República. Não pode ocorrer em nenhum Estado, mas quando surge na capital a repercussão é muito grande.

FOLHA - Há no Brasil a sensação de que a Justiça é muito morosa em relação aos casos de corrupção.

MARCO AURÉLIO - Eu já disse na bancada do Supremo que tenho uma profissão de fé, tenho uma convicção. O Supremo não é um cemitério de inquéritos, de ações penais contra autoridades. Tocamos os processos normalmente, agora a avalanche de processos é algo desumano. Como o ofício de julgar não é passível de delegação, não se pode delegar. Nós somos lá no Supremo apenas 11, no STJ são 33. Não damos conta. Eu me considero um estivador do direito, é como se eu estivesse enxugando gelo. Busco conciliar celeridade e conteúdo, mas não dá para sair julgando como se fosse uma bateção de carimbo.

FOLHA - Na decisão de sexta, o sr. pareceu ter feito uma crítica velada a Gilmar Mendes, que durante o recesso de Natal o desautorizou, ao entregar o menino Sean Goldman ao pai. Foi um recado ao ministro?

MARCO AURÉLIO - Creio que foi mais um alerta, para compreendermos que ombreando nós não podemos estar cassando, sob pena de descrédito para o Judiciário, a decisão do colega. Temos um órgão acima de nós próprios, que é o colegiado.

Até hoje, eu não compreendi aquela cassação, muito menos mediante mandado de segurança impetrado contra liminar concedida em habeas corpus, apenas para preservar o quadro existente à época até o julgamento pelo colegiado. Então, quis realmente alertar para a impossibilidade de tornarmos uma prática a autofagia.

15/02/2010

foco

Visita à sede da PF, onde governador está preso, vira atração de Carnaval

Leonardo Carvalho/Folha Imagem



Fábio Peres, cunhado de Arruda, leva comida para o governador afastado do DF, preso na Superintendência da PF em Brasília

DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A prisão do governador afastado do Distrito Federal, José Roberto Arruda, virou atração na Superintendência da PF, em Brasília, no domingo de Carnaval. Várias pessoas foram até o local para protestar, levar presentes e mesmo tentar o acesso direto ao governador, preso desde sexta-feira.

Pela manhã, um homem identificado pelos policiais apenas como Adilson tentou entregar um livro de poesias intitulado "Coletânea Poética do Guará" ao governador, mas acabou sendo barrado na portaria pela segurança.

Paulo Wilson, que se identificou apenas como um colega de Arruda, conseguiu entrar na PF, levando o livro "1876", do escritor Gore Vidal. Outro amigo de Arruda que o visitou neste domingo acabou barrado na porta da superintendência: o presidente interino do DEM no DF, o deputado Osório Adriano. Segundo a PF, a entrada foi negada porque o nome do deputado não estava registrado.

A professora Anita Grossi também tentou fazer visita, mas foi impedida pelos policiais. "Por que só ele? Outros 10 mil tinham que estar aqui. Os porões do PT são piores que os da ditadura", afirmou Anita.

O governador interino, Paulo Octávio (DEM), não visitou Arruda desde que assumiu o cargo após a prisão do titular.

Ontem, nenhum familiar foi à sala que serve de cela. No começo do tarde, o cunhado de Arruda, Fábio Peres, entregou o almoço do governador afastado para os agentes federais, mas saiu logo em seguida. A avó do governador afastado também tentou visitá-lo à tarde, mas desistiu depois que viu os jornalistas.

O advogado Thiago Bouza foi o único que passou mais tempo no local. Segundo ele, o governador está "abatido, mas cada vez melhor". "Ele está consciente do que está acontecendo e sabe que pode demorar [para sair]", afirmou. Bouza é da equipe que defende Arruda no inquérito da Caixa de Pandora. "O governador está recuperando as forças", disse o advogado.

Nas conversas com Bouza, de acordo com o advogado, Arruda não demonstrou nenhum interesse em saber da repercussão de sua prisão, nem dos desdobramentos da operação Caixa de Pandora. Eles teriam passado o tempo conversando sobre amenidades. Bouza e Arruda conversaram sobre a prisão do sobrinho do governador, Rodrigo Arantes, acusado de ser o operador da tentativa de suborno a uma testemunha do mensalão do DEM. Segundo Bouza, Rodrigo, que está no presídio da Papuda, está "muito bem".

15/02/2010

PF aperta cerco contra substituto de Arruda **Investigação rastreia dinheiro que seria de propina e devassa casa de aliados de Paulo Octávio, governador interino do DF**

**Advogado diz que político, que enfrenta pedidos de impeachment, não é "alvo da PF";
defesa nega parte em empresa investigada**

LUCAS FERRAZ

FERNANDA ODILLA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ações recentes da Polícia Federal indicam que a investigação do mensalão do Distrito Federal fecha cada vez mais o cerco contra o governador interino, Paulo Octávio (DEM). Ele nega ter sido beneficiado, mas é acusado de receber propina do esquema de corrupção revelado pela Operação Caixa de Pandora, deflagrada em novembro do ano passado.

Tentando dar ar de normalidade ao governo, que assumiu interinamente na última quinta-feira com a prisão do governador José Roberto Arruda (sem partido), o político e empresário enfrenta também quatro pedidos de impeachment na Câmara Distrital.

Dois aliados de Paulo Octávio tiveram suas casas devassadas pela PF no fim de semana: o ex-policial Marcelo Toledo e o ex-secretário de governo José Humberto Pires, alvos de mandados expedidos pelo ministro Fernando Gonçalves, que preside o inquérito no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Toledo havia sido flagrado em vídeo repassando dinheiro a um assessor de Arruda e dizendo que parte da propina era entregue a Paulo Octávio -que nega ter recebido. O ex-policial é um dos donos da Voxel Engenharia e Sistemas, que faturou em negócios com o governo do DF, no ano passado, pelo menos R\$ 6,6 milhões.

O advogado de Marcelo Toledo, Raul Livino, disse que ainda não conversou com seu cliente sobre a aparição no vídeo. Já José Humberto Pires, homem de confiança de Arruda e

suspeito de participar da arrecadação e da distribuição de propina, foi sócio de Paulo Octávio em um empreendimento imobiliário chamado Ilhas do Lago, às margens do lago Paranoá, área nobre da capital.

A **Folha** obteve uma cópia de relatório da PF sobre o material apreendido no dia da deflagração da operação, em novembro, na Conbral, uma das empresas das quais José Humberto Pires é sócio. O documento afirma que na empresa havia parte das notas marcadas para investigar as ramificações do esquema de corrupção. "Tanto na Conbral quanto na residência de Domingos Lamoglia foram encontradas cédulas cujos números de série coincidem com aqueles contidos nas cédulas distribuídas por Durval Barbosa [delator do esquema], sob monitoramento da Polícia Federal", diz o texto da Diretoria de Inteligência da PF.

A análise do material apreendido na Conbral também revela transações milionárias entre empresas que, segundo a investigação, estão sob a influência de Pires. Em um delas, há movimentação de R\$ 7 milhões em uma perfumaria. "Teria a empresa capacidade econômico-financeira para movimentar valores tão altos?", indaga o documento. Investigadores suspeitam que essas empresas foram usadas para movimentar dinheiro do esquema de corrupção. Durval, o ex-secretário que delatou o mensalão do DEM, disse que ficava guardado na Conbral o dinheiro de propina.

A sociedade entre Paulo Octávio e Pires terminou tão logo as unidades do Ilhas do Lago foram vendidas, segundo o advogado do governador, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. O governador interino nega ter participação nos negócios da Conbral. "Não acho que o Paulo Octávio seja alvo [da PF]. Não há nenhum pedido contra ele", afirmou Kakay. Segundo o advogado, o governador interino, como empresário do setor imobiliário, aparece como sócio em "diversos empreendimentos". A **Folha** ligou várias vezes para Pires, mas ele não ligou de volta.

16/02/2010

ELIANE CANTANHÊDE

Sem saída

BRASÍLIA - O governador José Roberto Arruda está afastado, passando o Carnaval na cadeia e sem condições políticas e emocionais, senão jurídicas, de reassumir. O vice, Paulo Octávio, está numa corda bamba, equilibrando-se entre o que já foi, está sendo e ainda poderá ser publicado sobre a Operação Caixa de Pandora. Ele dorme sonhando com um "arco de alianças políticas", mas perdeu o próprio DEM e acorda num pesadelo.

O presidente da Câmara Legislativa, Wilson Lima (PR), não só é um ilustre desconhecido como representa uma Casa em demolição, com pelo menos 8 dos seus 24 membros atingidos pela confusão, e a maioria empurrando a sujeira e a CPI para debaixo do tapete.

Sobra na linha de sucessão o presidente do Tribunal de Justiça do DF, Níveo Gonçalves, para assumir e convocar eleições indiretas em 30 dias. O que só manteria girando

o círculo do infortúnio. Quem tem legitimidade para se candidatar?

A crise policial, legal, pessoal e de legitimidade, portanto, indica que a autonomia que Brasília conquistou na Constituinte de 1988 esfarelou-se nesses 20 anos, com dois de seus três governadores e três de seus senadores implodidos por impeachment, cassação, prisão.

A solução para a crise aguda, portanto, seria a intervenção. Mas ninguém a quer -o Supremo, que teria de aprová-la; o governo Lula, que teria de gerenciá-la; o Congresso, que ficaria impedido de votar emendas constitucionais. E há alguém aí louco para ser interventor?

Além de inédita, uma intervenção do DF seria fatalmente traumática, e o interventor ficaria numa situação que não se deseja para o pior inimigo: sem sustentação política, com a administração de pernas para o ar e tendo de driblar a rejeição da Câmara Legislativa. A população, horrorizada com tudo e com todos, não ia entender nada. A situação é de caos. Ruim sem intervenção, ficaria pior ou melhor com ela? Não há resposta.

16/02/2010

DEM adia encontro para decidir sobre expulsão

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

O DEM vai deixar para a semana que vem a reunião da Executiva Nacional que decidirá sobre a expulsão do governador interino do Distrito Federal, Paulo Octávio. Com isso, além do governador, o partido, indeciso, ganhará tempo para unificar sua posição.

A Folha apurou que, entre os dirigentes do partido, a intervenção no diretório da sigla em Brasília é dada como certa, mas a expulsão do governador ainda é dúvida. Vai depender dos apoios que ele conseguir atrair -deverá se reunir com Lula- e do destino que a Câmara Legislativa dará aos pedidos de impeachment contra ele.

Arruda também enfrenta três pedidos semelhantes, que serão colocados sob análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa na quinta-feira. A análise é vista como uma forma de tentar forçar a renúncia de Arruda. Se Paulo Octávio não for processado e conquistar o apoio de Lula, avaliam democratas, a tese da expulsão se enfraquece assim como a possibilidade de uma intervenção federal.

Arruda preocupado

Após cinco dias preso na Superintendência da Polícia Federal, o governador afastado José Roberto Arruda (sem partido) começa a dar sinais de preocupação com as denúncias que surgiram nos últimos dias, segundo o advogado que o visita diariamente. "Ele começa a demonstrar alguma preocupação em relação à dinâmica dos fatos", disse Thiago Bouza, da equipe que defende o governador.

A rotina de Arruda passou a incluir uma caminhada de 15 minutos dentro do prédio onde está detido desde quinta passada. Ele é escoltado o tempo todo por agentes da PF. Segundo Bouza, após o abatimento dos primeiros dias, Arruda tem apresentado melhora psicológica. "Ele parece mais descansado, vem se recuperando a cada dia." Ontem, o governador recebeu a visita da mulher, Flávia Arruda. O casal ficou junto por cerca de uma hora, durante o período do almoço. Ela deixou a Superintendência da Polícia Federal chorando.

O secretário de Educação Integral, Afonso Brito, ex-professor do governador, também foi à PF. Barrado, Brito deixou um livro de autoajuda intitulado "Os quatro gigantes da alma". "Conheço o governador desde os dez anos. É impossível que Arruda, sendo filho de pais honestos como é, tenha prevaricado", afirmou. Do lado de fora da superintendência, motoristas buzonavam ao passar em frente ao prédio. Alguns chamavam Arruda de "ladrão" e o xingavam.

16/02/2010

DF paga R\$ 10,4 milhões a empresas de Paulo Octávio Emissoras de rádio e TV do interino receberam verba para veicular publicidade oficial

Em 2009, foram pagos ao grupo R\$ 5,2 mi -126% a mais que no primeiro ano da gestão Arruda; empresas negam haver irregularidade

FERNANDA ODILLA

LUCAS FERRAZ

FILIPE COUTINHO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Distrito Federal pagou ao menos R\$ 10,4 milhões para empresas do governador interino, Paulo Octávio (DEM), veicularem publicidade oficial. O valor se refere aos últimos três anos, quando ele já era vice de José Roberto Arruda (sem partido), hoje afastado e preso.

O levantamento da **Folha** mapeou as verbas distritais repassadas por agências de publicidade a empresas das Organizações Paulo Octávio -conglomerado de comunicação que inclui emissoras de rádio e TV. Os valores se referem só aos contratos da administração direta - estão excluídas empresas públicas e fundações- e foram levantados no sistema de execução orçamentária do DF.

Dono de um complexo imobiliário em Brasília, além de shopping, concessionária de carros e hotel, Paulo Octávio também é proprietário da TV Brasília e das rádios JK, Voz do Cerrado, Gama e Principal. Só em 2009, as empresas de comunicação do político receberam para fazer propaganda do governo R\$ 5,2 milhões -valor 126% maior que o registrado no primeiro ano da gestão Arruda, R\$ 2,3 milhões. A reportagem não conseguiu levantar dados sobre publicidade anteriores a 2007.

A maior fatia do bolo publicitário foi repassada para a TV Brasília. Entre 2007 e 2009, a emissora ficou com R\$ 3,3 milhões. Em seguida estão as rádios JK (R\$ 2,3 milhões), Principal (R\$ 2,1 milhões), Gama (R\$ 1,6 milhão) e Voz do Cerrado (R\$ 1,1 milhão).

Conforme revelou a **Folha**, o político omitiu na declaração de bens à Justiça Eleitoral sua participação societária nessa última emissora. Paulo Octávio alegou que, à época, a rádio não estava em funcionamento.

Embora repassada às empresas de comunicação pelas agências que venceram as licitações, as verbas eram distribuídas conforme critério da Secretaria de Comunicação do DF, então comandada por Welington Moraes, preso na semana passada sob a acusação de tentar subornar uma testemunha do mensalão do DEM -motivo que também levou Arruda à prisão. O governo do DF e o conglomerado de comunicação de Paulo Octávio afirmam que a distribuição da verba observa a audiência das emissoras.

No ano passado, o DF gastou com publicidade R\$ 201 milhões -nessa conta, mais uma vez, estão excluídas empresas públicas e fundações. O jornal "Correio Braziliense" recebeu a maior parte dessa verba.

A contestada Lei Orgânica do DF, que será analisada pelo Supremo Tribunal Federal, nada diz se o político pode ter rádio e TV nem se há ilegalidade no repasse de verba a firmas de ocupante de cargo eletivo.

Acosado por quatro pedidos de impeachment na Câmara Legislativa, o interino é suspeito de receber propina do esquema de corrupção revelado pela Polícia Federal. Ele nega.

17/02/2010

Painel

RENATA LO PRETE - painel@uol.com.br

Pode ser? Na corrida para tentar se manter no cargo de governador, Paulo Octávio pegou um avião na manhã de ontem e desembarcou em Goiânia para um bate-papo por ele solicitado com o senador Demóstenes Torres, hoje seu principal algoz no DEM.

Nem pensar. "PO" disse ao correligionário que precisa do apoio do partido para "manter a governabilidade". Demóstenes respondeu que sente muito, mas não vê outra saída: defenderá sua expulsão da sigla na próxima reunião da Executiva Nacional.

18/02/2010

Esnobado, Paulo Octávio cogita renúncia

O governador interino do DF não consegue ser recebido por Lula e comunica a líderes do DEM que pode deixar o cargo

Paulo Octávio via na possível reunião com presidente a oportunidade de se ganhar força política; DEM deve discutir pedido de expulsão

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governador interino do Distrito Federal, Paulo Octávio (DEM), não conseguiu marcar uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e já cogita renunciar ao cargo, conforme comunicou ontem em reserva a líderes de seu partido.

Além da fragilidade interna no governo, Paulo Octávio também tem que responder a problemas no seu próprio partido. Na semana que vem, o DEM deve se reunir para analisar o pedido de expulsão, a ser feito pelo senador Demóstenes Torres (GO) e o deputado Ronaldo Caiado (GO), contra o governador interino. Por enquanto, lideranças nacionais da legenda resistem em expulsá-lo, mas dão como certa uma intervenção no diretório local. E para continuar apoiando Paulo Octávio, o DEM já exigiu a saída de todos os seus secretários. Além disso, eles já articulam que o interino mande rever todas as licitações do governo e cancele todos os empenhos em andamento. Paulo Octávio via na possível audiência com Lula uma oportunidade de se fortalecer politicamente no cargo. Na pauta do governador interino, havia ainda o pedido para que o presidente o ajude a retirar o mensalão do DEM do foco da festa de aniversário de 50 anos de Brasília, em abril. No entanto, Lula recusou, por ora, o pedido de audiência feito nos últimos dias. Lula resiste a receber o governador interino por conta da instabilidade política no DF. Não quer partidizar o caso e, ao mesmo tempo, pretende aguardar os próximos passos da Justiça. Com o pedido de intervenção feito pela Procuradoria-Geral da República, Octávio pode permanecer poucos dias na cadeira de governador.

A intenção de integrantes do DEM por enquanto é levar adiante os trâmites formais de um processo de expulsão e aguardar para ver se surge algo de novo contra o governador interino. Além disso, o DEM também já dá como liquidada a chance de ter um candidato ao governo na eleição. O próprio Paulo Octávio já disse que não pretende se candidatar. O governador afastado, José Roberto Arruda (sem partido), está preso desde a última quinta sob acusação de obstrução da investigação sobre suposto esquema de corrupção. Arruda enfrenta na Câmara Legislativa três pedidos de impeachment.

18/02/2010

Poderes se unem para evitar intervenção federal no DF **Executivo e Legislativo querem impedir o desgaste de entregar comando do governo**

Para a Procuradoria-Geral, autora do pedido, a política distrital está contaminada, incluindo o governador interino e a Câmara local

FILIPPE COUTINHO

MARIA CLARA CABRAL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em um dos raros momentos de união na crise do mensalão do DEM, políticos do governo e da oposição, dos Poderes Executivo e Legislativo trabalham para evitar a

intervenção no Distrito Federal.

As motivações são diversas, mas todos têm um objetivo em comum: evitar o desgaste de entregar o governo a um interventor federal, medida inédita desde a redemocratização.

Para a Procuradoria-Geral da República, autora do pedido, a política distrital está contaminada, incluindo o vice-governador Paulo Octávio (DEM), que assumiu o governo desde a prisão de José Roberto Arruda (sem partido), e a instância que deveria investigar as irregularidades na Câmara Legislativa.

Hoje, o centro das atenções é a Câmara, uma vez que o presidente Wilson Lima (PR), amigo de Arruda, seria o próximo na linha sucessória. Há quem defenda cassar três distritais: Leonardo Prudente (sem partido), Eurides Brito (PMDB) e Júnior Brunelli (PSC), filmados recebendo dinheiro. Essa seria uma maneira de convencer o STF (Supremo Tribunal Federal) de que a Câmara não está comprometida e, portanto, que a intervenção é desnecessária. O pedido da Procuradoria ocorreu na quinta passada, mesmo dia da prisão de Arruda, e não tem prazo para ser analisado.

Segundo a Folha apurou, outros cinco deputados investigados pediriam afastamento. Os distritais também prometem abrir hoje o processo de impeachment contra Arruda. A missão de punir os distritais está no colo do deputado Raimundo Ribeiro (PSDB), ex-secretário de Arruda.

Há ainda setores da área jurídica contra a intervenção. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por exemplo, antes favorável à medida, diz agora que ela pode ser "um remédio amargo demais", uma vez que a cidade "parece reagir". Segundo o ex-presidente do STF Maurício Corrêa, o fato de os distritais estarem "reagindo" pode ser levado em conta pelos ministros.

Pela Lei Orgânica do DF, Wilson Lima (PR) e o vice da Câmara Legislativa Cabo Patrício (PT) poderiam assumir o governo. Para a Procuradoria, porém, a linha sucessória é ilegal ao incluir o vice.

A intervenção é vista com relutância até mesmo dentro do governo federal, que nomearia o interventor. Em nome de Paulo Octávio, a Procuradoria-Geral do DF fará a defesa no Supremo contra a intervenção.

Também investigado no caso, Paulo Octávio está numa situação delicada no governo e, para evitar a intervenção, já cogita renunciar ao cargo.